



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Iael Kurjan Cunha

**Antissemitismo e Neonazismo no Brasil: Uma Análise entre 2016 e 2022**

Florianópolis

2023

Iael Kurjan Cunha

**Antissemitismo e Neonazismo no Brasil: uma análise entre 2016 e 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Ciências Sociais.

Orientador(a): Prof. Dr. Luiz Gustavo da Cunha de Souza

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Kurjan Cunha, Iael

Antissemitismo e Neonazismo no Brasil : uma análise entre 2016 e 2022 / Iael Kurjan Cunha ; orientador, Luiz Gustavo da Cunha de Souza, 2023.

58 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Sociologia. 3. Antissemitismo no Brasil. 4. Neonazismo . 5. Extrema-direita. I. da Cunha de Souza, Luiz Gustavo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Iael Kurjan Cunha

**Antissemitismo e Neonazismo no Brasil: uma análise entre 2016 e 2022**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2024.

[Empty dotted box for signature]

Coordenação do Curso

**Banca examinadora**

[Empty dotted box for signature]

Prof.(a), Dr.(a)

Orientador(a)

[Empty dotted box for signature]

Prof.(a), Dr.(a)

Universidade Federal de Santa Catarina

[Empty dotted box for signature]

Prof.(a), Dr.(a)

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2024.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, aos meus pais, pelo imensurável apoio e motivação desde sempre, pelo valioso capital cultural que me oportunizaram através de suas referências, pela herança cultural uruguaia tão rica, por me proporcionarem educação, valores, e sobretudo, amor. Por acompanharem meus passos, tropeços e saltos. À minha mãe Claudia, pela herança judia, pela referência da leitura, por tudo o que me transmite culturalmente e por me inspirar a desbravar o mundo. Ao meu pai Dario, pela influência acadêmica, pela referência da fala e da escrita, e por tudo o que me convida a refletir e psicanalisar sobre a vida, o mundo, a sociedade e a arte.

Gostaria de agradecer também à minha irmã Maya, que constantemente me inspira, me apoia e me convoca a ser uma pessoa melhor. Aos meus amigos, que estiveram presentes durante este ano desafiador, que me deram amparo em diversos momentos que precisei e que acreditaram na minha capacidade, torcendo e vibrando por minhas conquistas. Aos meus colegas do curso, que fizeram desta jornada um tanto mais leve e melhor humorada. Agradeço também às minhas referências acadêmicas, que me orientaram em momentos essenciais durante a minha trajetória na universidade.

Agradeço sinceramente a todos os professores e professoras que passaram na minha vida, desde o ensino básico até o universitário. Ao meu orientador, Luiz Gustavo, pelas indicações de leitura, pela orientação de como fazer este Trabalho de Conclusão de Curso se abrir em um projeto maior no mestrado. E ao professor Julio Souto, por ter me conectado a professores que abriram portas valiosas para o meu futuro.

Acredito ser muito simbólico finalizar este ciclo educativo no espaço em que iniciei minha jornada escolar na Universidade Federal de Santa Catarina: o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI). Entrei uma criança, concluí o ensino infantil em 2004, e agora vinte anos depois saio uma mulher, formando-me em 2024 como cientista social.

“Jurei não ficar nunca em silêncio quando e onde os seres humanos tenham de suportar sofrimento e humilhação. Temos sempre de escolher um lado. A neutralidade ajuda o opressor, nunca a vítima. O silêncio encoraja o torturador, nunca o atormentado”.

(Elie Wiesel, 1986)

## RESUMO

Partindo da problematização de que o antissemitismo é um fenômeno que persiste na sociedade brasileira, nos últimos sete anos houve um crescimento expressivo de manifestações neonazistas em todo o território nacional e que é um fenômeno que coincide com o fortalecimento da extrema-direita no Brasil, este trabalho de conclusão de curso tem como intuito analisar as manifestações antissemitas e neonazistas ocorridas entre 2016 e 2022. Para isso, primeiramente traça o histórico do antissemitismo no Brasil, para então compreender o teor do recrudescimento de eventos e ataques de teor fascista e antissemita, e finalmente teoriza o conceito de antissemitismo em autores ligados à Escola de Frankfurt. Para entendimento da maior recorrência de manifestações neonazistas no Brasil no período de 2016-2022, o trabalho utiliza como metodologia a pesquisa investigativa e hemerográfica, de abordagem quali-quantitativa. Visando explicar como o antissemitismo está presente no Brasil e como se manifesta atualmente, a pesquisa constatou o crescimento de um projeto de caráter fascista em paralelo à escalada dos episódios e manifestações neonazistas e antissemitas. Como a bibliografia demonstra, este quadro é especificamente direcionado a uma tendência neonazista formatada contra grupos minoritários, a exemplo dos judeus e alvos preferenciais da extrema-direita, assim como grupos étnicos e raciais brasileiros que historicamente sofrem racismo estrutural.

**Palavras-chave:** antissemitismo; neonazismo; extrema-direita; Brasil.

## ABSTRACT

Starting from the problematization that antisemitism is a phenomenon that has persisted in Brazilian society, in the last seven years, there has been a significant growth in neo-nazi demonstrations throughout the country, a phenomenon that coincides with the strengthening of the far right in Brazil, this course completion work aims to analyze the antisemitic and neo-nazi demonstrations that took place between 2016 and 2022. To do this, it first traces the history of antisemitism in Brazil, then understands the content of the upsurge in fascist and antisemitic events and attacks, and finally theorizes the concept of antisemitism in authors linked to the Frankfurt School. The work uses investigative and demographic research as its methodology, with a qualitative and quantitative approach to be able to understand the more significant recurrence of neo-nazi manifestations in Brazil in the period 2016-2022. Aiming to explain how antisemitism is present in Brazil and how it manifests itself today, the research found the growth of a fascist project in parallel with the escalation of neo-nazi and antisemitic episodes and demonstrations. As the bibliography shows, this situation is specifically aimed at a neo-nazi tendency formatted against minority groups, such as Jews and the preferred targets of the far right, as well as Brazilian ethnic and racial groups that have historically suffered from structural racism.

**Keywords:** antisemitism; neo-nazism; far right; Brazil.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 1 – O ANTISSEMITISMO NO BRASIL .....</b>	<b>13</b>
2.1	O HISTÓRICO DO ANTISSEMITISMO NO BRASIL .....	13
2.2	O RECRUDESCIMENTO DO ANTISSEMITISMO NO BRASIL: 2016-2022 ....	27
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 2 – O ANTISSEMITISMO NA TEORIA CRÍTICA .....</b>	<b>38</b>
3.1	A DEFINIÇÃO TEÓRICA DA ESCOLA DE FRANKFURT .....	38
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>51</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Há muitas pesquisas historiográficas que comprovam a existência do antissemitismo e práticas ligadas ao nazismo no Brasil, mas o estudo sobre a permanência do fenômeno do antissemitismo no país apresenta poucas análises sociológicas. Nos últimos anos, houve um crescimento expressivo de manifestações neonazistas em todo o território nacional, fenômeno que coincide com o fortalecimento da extrema-direita brasileira, em que se pode perceber que houve uma maior adesão a valores conservadores, atitudes preconceituosas e exacerbação da liberdade de expressão, culminando em mais frequentes episódios de discursos de ódio.

Este trabalho de conclusão de curso tem o objetivo de fazer um percurso analítico a respeito do fenômeno do antissemitismo no Brasil, apoiado pela contextualização do conceito do antissemitismo em autores da primeira geração da Escola de Frankfurt. O antissemitismo foi interpretado por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer em *Dialética do Esclarecimento* (1994) como “um esquema profundamente arraigado e uma ordem que desfigura e persegue os judeus, era - e permanece - em obscuridade” (Adorno; Horkheimer, 1994, p. 81). Esse fenômeno é influenciado por um tipo sócio-psicológico de autoritarismo que é expressado por grupos antissemitas, na medida em que estes grupos direcionam seus preconceitos à população judaica. Nesse sentido, as causas do antissemitismo estão em condições sociais que permitem a emergência do autoritarismo e do tipo antissemita de personalidade autoritária. Levantamos, então, a necessidade de entender como o antissemitismo perdura na sociedade brasileira.

Pensando no contexto brasileiro, podemos observar que nos últimos anos (entre 2016 e 2022) ocorrem com maior intensidade discursos e manifestações de caráter neonazista. Muitos eventos antissemitas e neonazistas foram registrados, como apontam notícias de jornais e dados pesquisados pela antropóloga Adriana Dias (2007; 2018). Esses eventos consistem principalmente na utilização de símbolos nazistas, - como suásticas ou o braço levantado em alusão ao ‘Heil Hitler’ - e mensagens de ódio a minorias. Na própria Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foram descobertas pichações de cunho nazista e uma carta<sup>1</sup> de ameaça a minorias, com mensagem racista. Em outubro de 2022, foi ao ar uma reportagem do programa televisivo “Fantástico”, em que foi apresentada a operação

---

<sup>1</sup> Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/11/04/ufsc-recebe-carta-nazista-e-assinatura-da-ss-iremos-destruir-voces.htm>>. Acesso em: 20/08/2023

de desmonte de uma célula neonazista catarinense com ramificações em Florianópolis, Joinville e São José. Três dos cinco integrantes da célula estudavam na UFSC.

Em outros estados brasileiros é possível mapear ocorrências neonazistas também. Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e outros estados registram um crescimento de eventos de caráter neonazista no período 2016-2022. Um relatório divulgado pelo Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil (OJDHB) mostra<sup>2</sup> que os episódios de antissemitismo e neonazismo aumentaram exponencialmente entre 2019 e 2022, faz uma análise e evidencia que esses episódios em ambientes escolares cresceram 760% durante esse período. De acordo com o relatório, foram identificados 24 atos em 2019, e 35, em 2020. No ano seguinte, o número subiu para 67 episódios, e chegou a 114 em 2022 – houve um aumento de 70,15% em apenas um ano. Já quando analisados somente aqueles nas escolas, foram 5 no primeiro ano do monitoramento, 3, em 2020, e 7, no ano seguinte. Em 2022, porém, foram 43 registros – um salto de 514,3%.

É com os episódios neonazistas que vêm ganhando maior visibilidade nos anos de 2016 a 2022 que a pesquisa montará um mapeamento, onde analisará de que forma o antissemitismo se manifesta na atualidade brasileira e sua relação com a ideologia nazifascista. Nesse sentido, procurará mapear ocorrências de ataques antissemitas e neonazistas no território brasileiro nos últimos seis anos. A pesquisa parte da hipótese de que aconteceu nesse período um recrudescimento de manifestações neonazistas - de que essas manifestações se tornaram talvez mais comuns e certamente mais explícitas. Serão estudados, por um lado, a história do antissemitismo e da sua manifestação política no Brasil e, por outro lado, o trabalho irá conectar esse fato com a contribuição teórica de autores ligados à Escola de Frankfurt ao estudo do antissemitismo, porque eles têm uma tese original sobre a forma como se deve compreender o antissemitismo, a de que o que devemos estudar não é o fenômeno em si, mas o tipo social de quem reproduz tal ideologia e mentalidade.

Para realizar tal estudo, temos como objetivo central fazer uma revisão bibliográfica e mapear as manifestações coletivas e públicas de caráter antissemita no período entre 2016 e 2022, no Brasil, com vistas a montar uma base de dados. Nesse sentido, identificamos e caracterizamos as manifestações de antissemitismo e de neonazismo dentro do período estudado e analisamos de que maneira nessas manifestações se expressa o tipo psíquico autoritário antissemita. Para entendimento do crescimento do antissemitismo e maior

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://conib.org.br/noticias-conib/37513-atos-neonazistas-e-antissemitas-em-ambientes-escolares-cresceram-760-no-brasil-nos-ultimos-tres-anos-revela-relatorio.html>>. Acesso em: 20/08/2023

recorrência de manifestações neonazistas no Brasil entre 2016 e 2022, o trabalho utiliza como metodologia a pesquisa investigativa e hemerográfica, de abordagem quali-quantitativa de material historiográfico perante um fenômeno contemporâneo. Dessa forma, procura explicar empiricamente como o antissemitismo está presente no Brasil atualmente e como se manifesta. Para isso, toma como exemplos: ataques neonazistas e discursos de ódio expressos publicamente.

Haja vista o teor do fenômeno estudado, é fundamental coletar os dados qualitativamente e quantitativamente. Ao mesmo tempo em que é necessário fazer uma análise teórica a respeito do antissemitismo e temas correlatos - como nazismo e fascismo - é necessário também quantificar e interpretar as ocorrências neonazistas ocorridas no período estudado. Uma vez que a preocupação central deste trabalho é mapear analiticamente as manifestações antissemitas coletivas e públicas no Brasil dentro do período focado, para entender os fatores que contribuem para a permanência do antissemitismo no país e que fazem com que essa ideologia seja expressa, importa empregar uma investigação bibliográfica e analisar fontes virtuais, como matérias jornalísticas para que se possa compreender o desdobramento do neonazismo no Brasil nos últimos anos.

Como fontes, utilizamos, principalmente, o Relatório de Eventos Antissemitas e Correlatos no Brasil, produzido pelo Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil (OJDHB) que contempla o período de 2019 a 2022, além de notícias e reportagens jornalísticas que versam sobre o crescimento do neonazismo no país e que expõem manifestações antissemitas por parte de grupos neonazistas no território brasileiro, assim como material bibliográfico que revela a aproximação do governo de Jair Bolsonaro (2018-2022) com a ideologia de extrema-direita nazista através de símbolos reais e documentados. Além disso, pudemos perceber que entre 2016 e 2018 há uma lacuna de dados: não há relatórios que tenham analisado as manifestações antissemitas e/ou neonazistas nesse período que antecede o governo Bolsonaro.

Diante da carência em trabalhos que versem sobre o antissemitismo e nazismo contemporâneo no cenário sócio-político brasileiro, o presente projeto de conclusão de curso ganha relevância científica uma vez que tem como proposta central investigar em que condições o antissemitismo no Brasil tem ganhado visibilidade nos últimos anos (através do mapeamento das ocorrências antissemitas). Também, considerando os últimos acontecimentos repercutidos no país e na própria Universidade Federal de Santa Catarina, como os ataques neonazistas, pichações, cartas com mensagens antissemitas e símbolos nazistas, cabe enfatizar a urgência de conscientização por parte das instituições e da sociedade na efetivação de medidas cabíveis. A preocupação que esta pesquisa tem

não é a de estudar o fenômeno do antissemitismo em si, mas a de entender o que leva a que o fenômeno continue a acontecer.

Frente à problemática do antissemitismo e das manifestações neonazistas na sociedade brasileira que vêm ocorrendo, inclusive dentro do próprio campus da Universidade Federal de Santa Catarina, nos preocupamos em estudar esse recrudescimento. Interessa destacar que o antissemitismo e o neonazismo são fenômenos que não foram ainda superados e percebemos seus efeitos problemáticos tanto na esfera social quanto na política. Este trabalho também expõe o quão urgente é que haja um processo de desnazificação nacional acompanhado por um processo de esclarecimento, e que seja promovida uma campanha efetiva de combate ao neonazismo. Perante isso, compreender tal fenômeno na atualidade é fundamental para esclarecermos os riscos potenciais e reais à sociedade brasileira e à democracia. Cabe questionar: por que o fenômeno não é barrado por nossas instituições políticas e sociais?

O primeiro capítulo do trabalho elucida onde e quando podemos identificar o antissemitismo no Brasil, mobilizando para isso, trabalhos de Maria Luiza Tucci Carneiro, Giralda Seyferth, Ana Maria Dietrich, Larissa Riberti, René Gertz e Adriana Dias. O Segundo capítulo aborda não somente a conceitualização teórica do antissemitismo, como também apresenta a tese de Adorno quanto às disposições mentais dos antissemitas, que têm uma inclinação favorável ao autoritarismo e à discriminação racial. Aqui, temos o embasamento teórico de Theodor W. Adorno, Max Horkheimer, Daniel J. Levinson e Walter Benjamin.

## 2 CAPÍTULO 1 – O ANTISSEMITISMO NO BRASIL

Buscando esclarecer a manifestação do antissemitismo no Brasil, faz-se importante examinar o histórico do fenômeno no país, com o intuito de compreender suas intercorrências na contemporaneidade. A história do antissemitismo no Brasil se conecta à história de um fenômeno que tem uma trajetória histórica muito longa, que permeia praticamente todas as sociedades e remonta a - pelo menos trinta séculos. O antissemitismo no Brasil certamente não tem um ponto de partida, ele existe à medida em que existem judeus no Brasil, mas podemos concentrar as manifestações antissemitas pela primeira vez no final do século XIX e intensificadas durante a Era Vargas, com algumas restrições aos indivíduos de etnia judaica e com o Movimento Integralista.

Tendo em consideração que este trabalho pretende mapear e analisar as manifestações coletivas e públicas de caráter antissemita no período de 2016 a 2022 no Brasil, é fundamental termos o entendimento de que o antissemitismo não começa no Brasil em 2016, com Michel Temer e Jair Bolsonaro, mas que, nesse período, há uma exacerbação explícita de antissemitismo por todo o território brasileiro, chegando a se configurar como neonazismo, e inclusive estando lado a lado com outras formas de discriminação. Nesse sentido, o presente capítulo tratará do histórico do antissemitismo no Brasil (2.1), para posteriormente analisar o recrudescimento das manifestações antissemitas ocorridas no país entre os anos de 2016 e 2022 (2.2).

### 2.1 O HISTÓRICO DO ANTISSEMITISMO NO BRASIL

O antissemitismo como fenômeno social coletivo não é um problema novo, ele se manifestou antes do século XIX, assumindo diferentes formas de expressão. Porém, o antissemitismo moderno difere do antissemitismo tradicional por carregar fundamentação científica, ao passo que o tradicional é interpretado a partir de uma fundamentação teológica. Via de regra, o antissemitismo pode ser diferenciado por suas várias formas de expressão: religiosa, xenófoba cultural, racial e política. No entanto, a principal diferença se encontra na fundamentação empregada para justificar essa discriminação: uma teológica, da Antiguidade até o século XIX; e outra científica, dos séculos XIX e XX (Carneiro, 1988, p. 41). O

recrudescimento do antissemitismo na Europa repercutiu no fluxo da imigração judaica para o Brasil que, desde os tempos imperiais, vinha atraindo pequenas levadas desses imigrantes, distintos por suas nacionalidades (Carneiro, 2003). De acordo com a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro (1988), o preconceito contra os judeus no Brasil contemporâneo nunca foi realmente estudado sob o enfoque que assumiu a Ciência Histórica antes da década de 1980. Foi com o crítico literário Wilson Martins, em sua coletânea *História da Inteligência Brasileira* - volume VII (1933-1960), que o tema do antissemitismo começa a ser discutido, alertando para a persistência de um pensamento antissemita entre os brasileiros da geração dos anos 1930 e 1940 (Carneiro, 1988).

O antissemitismo no Brasil deve ser concebido como um fenômeno psicológico-cultural e analisado a partir das relações de interação entre judeus e não-judeus (Carneiro, 2003). Tendo como foco o antissemitismo na Era Vargas (1930-1940), Carneiro enfatiza que nesse período o contexto internacional no qual o Brasil estava inserido era marcado pelos governos autoritários de Stálin, na União Soviética, Mussolini, na Itália, e Hitler, na Alemanha. “É um cenário marcado pela ascensão do nacional-socialismo na Alemanha, pelo bolchevismo na Rússia e pelo fascismo na Itália” (Carneiro, 1988, p. 41-42). Nesse contexto, a Alemanha e a Rússia se distinguem como as duas formas mais autênticas de regimes totalitários, que transformaram o antissemitismo em um instrumento de poder no interior do sistema político. Nesse sentido, repensar o antissemitismo moderno, presente na Era Vargas, implica considerar as influências - políticas e ideológicas - desse fenômeno na Europa, uma vez que houve ideias e atividades antissemitas adotadas pelo Governo Vargas durante o Estado Novo (Carneiro, 1988). Conforme Carneiro (2012), foi defendida uma política antissemita caracterizada por mitos, negacionismos e negligências, e muitos desses mitos - herdados do antissemitismo de raízes ibéricas e de fundamentação teológica - foram sendo adaptados à realidade brasileira, instigando uma política imigratória restritiva à entrada de judeus no Brasil (Carneiro, 2003).

Foi com o estabelecimento do regime autoritário e o crescimento de ideias nacionalistas que o antissemitismo no Brasil passou a ter solo favorável para se manifestar. Certamente uma abertura ao antissemitismo já vinha sendo fermentada a partir de ideologias anteriores que, apesar de não permanecerem constantes e uniformes, influenciaram para que no Estado Novo tais ideias preconceituosas viessem à tona inspiradas pelos acontecimentos que tocavam a política nacional e internacional (Carneiro, 1988). Importa sublinhar que, da mesma forma que na Europa, onde o evolucionismo fortaleceu pretensões de superioridade

justificando o domínio do homem branco sobre outros povos, tidos “cientificamente” como inferiores, no Brasil essas ideias foram endossadas e dedicadas à apologia das classes dominantes, ao combate à democracia e à justificação do racismo. Conceitos deturpados de raça e cultura foram retomados na década de 1930 se configurando com as ideias de nacionalismo e eugenia pelos órgãos governamentais e grupos de direita que pregaram a elaboração de uma identidade nacional autenticamente brasileira (Carneiro, 1988).

Unidos pelo antissemitismo e pelo nacionalismo exacerbado, diversos segmentos da direita em atividade no Brasil se mostraram solidários nos anos 1930 e 1940: “Estado, Igreja e grupos políticos partidários, funcionários públicos, médicos eugenistas, militares, psiquiatras, bacharéis e jornalistas investiram contra os judeus e o judaísmo acreditando na ideia de que estes conspiravam contra a ordem estabelecida” (Carneiro, 2003, p. 68). Livros produzidos pela extrema-direita alimentaram uma demonização política de uma suposta relação entre judaísmo e sociedades secretas, que, por sua vez, deu força ao discurso dos grupos identificados com o pensamento da direita internacional que endossava o conceito de “judeu apátrida”, e de “judeu errante”, reforçando a ideia de que estavam ligados ao comunismo internacional (Carneiro, 2003). Isso aponta o discurso antissemita e anticomunista coincidindo com a pressão exercida pelo fluxo crescente de judeus refugiados do nazismo entre 1933-1945, que tentavam obter vistos de entrada no Brasil (Carneiro, 2003). Nesse sentido, a década de 1930 pode ser considerada como um marco simbólico da proliferação de queixas antissemitas e ideias preconceituosas no Brasil. O que se pode observar é que a recuperação dessas ideias coincide com o recrudescimento do antissemitismo alemão, com a ascensão do nazismo e com o estreitamento das relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha (Carneiro, 1988).

A ideia de que o judeu pertencia a uma raça "inferior" somente ganhou forças no Brasil após 1933, numa espécie de endosso ao anti-semitismo propagado pelo III Reich. Foi a partir desse momento que um discurso intolerante, xenófobo e nacionalista tomou conta da correspondência diplomática brasileira, rica em estereótipos assimilados da literatura anti-semita europeia e, particularmente, do ideário nacional-socialista (Carneiro, 2003, p. 47-48).

Portanto, o que atestamos é a presença de valores persistentes e expressivos da mentalidade racista, que colaboraram para aflorar, no Brasil dos anos 1930, um antissemitismo político e xenófobo mascarado pelo nacionalismo. Tais valores foram endossados por intelectuais que nutriram um conjunto de ideias enraizadas que colaboraram para reavivar valores raciais que forneceram sustentação para a formulação de uma determinada política antissemita no Estado Novo (Carneiro, 1988). Portanto, quando endossado pelo Estado, o



antissemitismo se presta como instrumento político, tendo condições até mesmo de subsidiar um plano sistemático de extermínio por métodos científicos, como aconteceu na Alemanha nazista entre 1933-1945 (Carneiro, 2003). No caso do Brasil, o antissemitismo político existiu enquanto política de “bastidores nos governos de Vargas e Dutra, que desconsideraram os judeus enquanto “raça” desejável para compor a população brasileira” (Carneiro, 2003, p. 18). Apesar do governo varguista não ter arquitetado um plano extremo de exclusão - como um de extermínio em massa de grupos étnicos - ele colaborou, ainda que indiretamente, com a política antissemita sustentada pelo Reich ao impedir milhares de judeus de entrarem no país como refugiados políticos (Carneiro, 2003).

Segundo a historiadora, “alguns ideólogos despontaram no cenário nacional: como Francisco Campos, Azevedo Amaral, Gustavo Barroso, Alceu Amoroso Lima e Oliveira Viana, que continuou em cena, persistindo em sua apologia à raça ariana. Enquanto isso, do cenário internacional despontava Mein Kampf, de Adolf Hitler, transformado em dogma da superioridade da raça alemã” (Carneiro, 1988, p. 97). Na década de 1930, não se proibia a prática de outras crenças, nem se perseguia aos seus seguidores, mas o campo político-social das “outras religiões” que não fossem a católica estava reduzido à sua imagem estereotipada (Carneiro, 1988). Dessa forma, o anti-judaísmo, anti-protestantismo, anti-comunismo etc, são palavras de ordem que se confundiam, mesclando partidos, grupos e ideologias políticas com religião, fazendo parte de um ideário comum pregado pela Igreja e Estado e pelo integralismo (Carneiro, 1988). Júlio J. Chiavenato (1985, p. 259) fala que “apesar das medidas concretas do Estado Novo, como o impedimento da entrada no país de judeus foragidos e o dificultamento de suas vidas internamente, quem se destaca na campanha antissemita é a Ação Integralista”. Esta última ganhou forças e adeptos.

O historiador René E. Gertz (1987) pontua que o integralismo tem uma longa história no Brasil, particularmente na região sul. O integralismo chegou a ser um partido brasileiro na década de 1930 e especialmente em Santa Catarina houve uma sobreposição entre integralismo e nazismo. Como os grupos nazistas só podiam oficialmente aceitar cidadãos alemães, a adesão ao integralismo se explica pela colaboração com o nazismo. Assim, “constatou-se que o integralismo de fato floresceu na regiões de colonização alemã no sul do Brasil, [...], e que por isso foi acusado de ser uma extensão do nazismo” (Gertz, 1987, p. 116). Inclusive, além dos muitos que mantiveram contato com as organizações hitleristas no Brasil, Gustavo Barroso teria mantido correspondência com Goebbels para receber “armas e lições de antissemitismo” (Gertz, 1987, p. 119).

Segundo a Enciclopédia do Integralismo, ele pode ser considerado o movimento fascista de maior sucesso fora da Europa. Criada oficialmente em 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um grupo político que tinha como objetivo a formação de um grande movimento nacional, cujo chefe foi Plínio Salgado. A AIB buscava orientar com uma base cristã a sociedade brasileira em torno de um sólido projeto político. A extinção da AIB, após o decreto do Estado Novo em 1937, não representou o fim do integralismo (Enciclopédia do Integralismo: o dogma do sigma, 2021, p. 8). Atuando na ilegalidade, o integralismo foi rearticulado e foi a partir de 1945 que um partido fascista foi criado em um momento nada propício para movimentos autoritários. O Partido de Representação Popular (PRP) passou a ser o espaço de atuação daqueles que no passado vestiram camisas verdes e prestavam obediência a Plínio Salgado. O PRP foi um tímido partido com uma trajetória de 20 anos e que atuou no cenário político até 1965, momento que culminou com a extinção de todos os partidos políticos como consequência do Ato Institucional n. 2 (AI-2). Após 1975, o integralismo se fragilizou com a morte de Plínio Salgado (Enciclopédia do Integralismo: o dogma do sigma, 2021).

Segundo Ana Maria Dietrich (2007), o integralismo se fez presente em 17 estados brasileiros, tendo maior quantidade de pesquisas sobre a AIB nos estados do sul do país. “Leva-se em conta que a intensidade da atividade nazista foi diferente nas regiões brasileiras. No Sul e Sudeste o partido foi mais representativo, em virtude, dentre outros motivos, da grande colonização alemã desde o século XIX” (Dietrich, 2007, p. 135). De acordo com os historiadores, o Integralismo foi um movimento que se mobilizou contra o comunismo, a maçonaria e o judaísmo. Além disso, um aspecto muito marcante sempre presente em governos autoritários é a questão da propaganda: a propaganda nazista na Alemanha de Hitler desempenhou papel fundamental para que o partido e o movimento tivessem a magnitude e o sucesso que tiveram na década de 1930.

No Brasil, houve um processo similar: uma campanha antisemita passou a crescer, permeando os discursos nacionalistas dos movimentos de direita (conservadores católicos), de extrema-direita (integralistas) e dos governantes que passaram a criticar o comunismo e o judaísmo, inimigos comuns reconhecidos pela tradição político-social brasileira, configurando o mito do complô-judaico comunista (Carneiro, 1988). O Partido Integralista também se dedicava a ações de propaganda: elaboração de jornais nazistas, programas de rádio, sessões de filmes, viagens dos dirigentes para realização de palestras sobre a ideologia nazista e divulgação dessas ideias em instituições alemãs, como clubes, igrejas, firmas e escolas

(Dietrich, 2007). E por ser um braço do movimento nazista, o integralismo adotou também a justificativa das teorias raciais, incluindo a adesão radical ao antissemitismo.

Desse modo, um dos objetivos do Partido Integralista era recusar o judeu e “outros povos considerados inimigos da Alemanha ou raças inferiores” (Dietrich, 2007, p. 153). Inclusive, foi disseminada uma ideia caricatural do judeu enquanto uma figura diabólica má, gerando a publicação de muitas obras integralistas, que tinham como matrizes os Protocolos dos Sábios de Sião<sup>3</sup> (Carneiro, 2003). Assim sendo, o antissemitismo dos integrantes brasileiros foi praticado de duas formas: o antissemitismo teórico - por meio da divulgação de ideias antijudaicas em discursos, e o antissemitismo prático - através da execução de atos concretos contra a comunidade judaica no Brasil.

O primeiro tipo teve maior expressão que o segundo, devido à ampla divulgação de ideias antissemitas importadas da ideologia nazista; e com relação ao antissemitismo prático, o que houve no Brasil foram ações como boicotes às lojas judias, constrangimentos, exclusões sociais de judeus e impedimentos quanto à imigração judaica no Brasil (Dietrich, 2007). A isso se soma o contexto de reconstrução política pós-crise de 1929-1933, em que o nacionalismo foi recuperado para dar sustentação ao governo de Vargas. Podemos considerar, portanto, que as ideias antissemitas tiveram receptividade e forças para amadurecer (Carneiro, 1988).

As manifestações de antissemitismo verificadas no Brasil durante a Era Vargas e, mais especificamente, durante o Estado Novo, estão vinculadas aos seguintes fatores: ao panorama político-econômico europeu, à influência das idéias nazifascistas no Brasil, à persistência de um pensamento racista e elitista entre os intelectuais brasileiros, à sobrevivência de um regime autoritário no período de 1937-1945, e à adoção de uma política imigratória restritiva aos judeus pelo governo brasileiro, nitidamente caracterizada por diretrizes eugênicas raciais. (Carneiro, 1988, p. 155-156)

Avaliado sob o olhar da cultura ocidental-cristã, o imigrante judeu - ainda que branco, europeu - foi se transformando na figura do estrangeiro indesejável que, ao longo da primeira metade do século XX, acumulou estigmas (Carneiro, 2003). Dentro desse quadro, houve um rígido controle sobre a imigração judaica que começou a tomar forma através da elaboração de uma legislação que regulamentava a entrada e permanência do estrangeiro no território brasileiro, cujos atributos antissemitas foram estabelecidos pelas ditas “circulares secretas”. Para isto, Getúlio Vargas nomeou uma comissão em 1938, encarregada de estudar as leis necessárias para regular a entrada, fixação, naturalização e expulsão de estrangeiros

---

<sup>3</sup> Disponível em: < <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/protocols-of-the-elders-of-zion>>. Acesso em: 27/12/2023

(Carneiro, 1988). Dentre os decretos-leis resultantes da atuação dessa comissão, temos o de número 406, de 4 de maio de 1938, cujo papel foi o de orientar uma nova política imigratória no Brasil, que tinha duas diretrizes de seleção: o bom e o mau estrangeiro. Significando que alguns eram aceitos pelo regime, enquanto que outros eram rejeitados por serem considerados “indesejáveis” (Carneiro, 1988).

Portanto, os estigmatizados eram tidos como inferiores em função de um suposto perigo que representariam para a construção do Estado Nacional, de uma “raça forte”, eugenicamente constituída e de uma nacionalidade brasileira. Tais estigmas vão sendo reforçados por uma série de mitos: o mito do herege, do judeu errante, da pureza de sangue, do ariano superior (Carneiro, 2003). Então, como critério foi determinada a restrição da entrada de estrangeiros segundo algumas condições, como raça, nação e religião (Carneiro, 1988). Durante a primeira metade do século XX, percebemos a existência de um pseudo-saber que foi construído para legitimar o poder daqueles que insistiam na ideia de que os judeus eram uma “raça indesejável” (Carneiro, 2003). Dentre alguns grupos considerados indesejáveis, os judeus também foram classificados e hostilizados segundo essa régua racista, inclusive o rancor dessa intolerância foi reproduzido pelo brasileiro Gustavo Barroso que, identificado com o pensamento conservador e nacionalista da direita católica, alimentou o ódio contra a comunidade judaica brasileira (Carneiro, 2003). Temos registrada em diversos arquivos sobre a adesão de Gustavo Barroso ao antissemitismo:

Gustavo Barroso, autor de inúmeras obras anti-semitas, argumenta que os judeus não deveriam adquirir direitos de cidadania nos países que "tiveram o azar de seu nomadismo ratonero, fazendo como os ciganos errantes que não se mesclam com nada". Com este seu posicionamento preconceituoso, Barroso reforçava a ideia dos "sem terra", dos "sem Pátria" e dos "quistos raciais". Enquanto isso, vários casos de indeferimento de pedidos de entrada e impedimentos de desembarque de judeus no Brasil nos comprovam a persistência de uma prática anti-semita, ao nível da política imigratória (Carneiro, 1988, p. 180-181).

Segundo Júlio José Chiavenato (1985), até a Segunda Guerra Mundial os judeus procuraram cada vez mais o Brasil, que passou a dificultar sua vinda com a ascensão do fascismo interno. A presença do antissemitismo no Brasil de Getúlio Vargas constitui um capítulo significativo na nossa história, e nesse sentido, a ditadura do Estado Novo utilizou o antissemitismo a seu favor, uma vez que o usou como instrumento político a serviço de poder, estabelecendo relações diplomáticas internacionais e nacionais (Carneiro, 1988). Igualmente, o movimento integralista e o grupo católico reacionário adotaram o antissemitismo de modo a projetar a imagem do judeu como a incorporação do “mal”, identificado como o perigo comunista, e como elemento de desagregação social. E dentro deste contexto, por muito

tempo, as autoridades brasileiras consideraram a identidade e o perfil do judeu imigrante conforme valores ditados pela ideologia antissemita europeia. Inclusive, cónsules brasileiros que viviam em países diretamente envolvidos com a política do Reich alemão assumiram atitudes ressoantes com todos aqueles que apoiavam e pregavam medidas sistemáticas de eliminação dos judeus (Carneiro, 1988). Enquanto que outros que moravam no Brasil, mesmo acompanhando de longe os desdobramentos fascistas europeus, “assimilaram as ideias racistas e antijudaicas” (Carneiro, 1988, p. 418).

Certamente, importa lembrarmos que partindo do contexto brasileiro, estamos falando também de um passado racista da história colonial em que foram endossados consideráveis preconceitos em relação aos cristãos-novos, que durante séculos, foram discriminados por terem sangue judaico (Carneiro, 1988). Considerados inimigos políticos, hereges e indesejáveis, tiveram sua imagem deturpada e estereotipada em “exploradores” e “ambiciosos”; até na documentação oficial do Itamaraty durante o Estado Novo tiveram esse tipo de perfil taxado. Nessa perspectiva, os judeus eram tidos como sujeitos “perniciosos” (Carneiro, 1988, p. 419), subversivos e desagregados socialmente, motivos que configuraram sua classificação enquanto inassimiláveis e sem relação com o sentimento de patriotismo. A historiadora Tucci Carneiro ilustra bem essa imagem que muitos brasileiros tinham dos judeus:

Lembre-se que José Barreto de Barros e Pimentel, em missão no Consulado Brasileiro na Polônia, alertava constantemente para o fato de serem os judeus "elementos perniciosos que os outros países repelem". E eram justamente esses elementos classificados de "indesejáveis e nocivos à Polônia" que estavam se dirigindo para o Brasil em busca de refúgio. Essa crença se fortaleceu cada vez mais alimentada pela afirmação generalizada de que "os judeus eram os propagandistas do comunismo em todos os continentes". O perfil estereotipado desse grupo se completava com a advertência de que eles "representavam um perigo", simbolizando a transplantação de "um cancro social". O teor da correspondência trocada entre as autoridades diplomáticas brasileiras e nossos representantes no exterior não poderia ser mais antissemita. O vocabulário empregado é deprimente, expressando uma mentalidade racista fortemente influenciada pelas teorias em voga na Europa. Foi nesse sentido que o capitão Pedro Rocha, nosso delegado comercial em Varsóvia, referiu-se ao Brasil dos anos 30, definindo-o como “um país de negros e cretinos para qual um judeu é ótimo elemento”. E exemplificou seu preconceito apontando para a presença de judeus nos bairros de Copacabana, Ipanema e Leblon, no Rio de Janeiro (Carneiro, 1988, p. 419-420).

A isso se soma a questão da propaganda. A propaganda antissemita nas décadas de 1930 e 1940 foi conduzida firmemente pela grande imprensa, pela panfletagem integralista e por uma bibliografia de extrema direita. Inclusive, obras antissemitas clássicas da Europa foram traduzidas, reeditadas e difundidas, espalhando-se pelas esferas urbanas da sociedade brasileira. Combater as ideias nazi-fascistas e o totalitarismo no exterior configurou uma

forma de crítica velada à política autoritária do governo Vargas, tanto é que a partir de outubro de 1937 a censura aumentou o controle ideológico que inaugurou a fase da “construção política” da sua imagem (Carneiro, 1988). Então, face ao fortalecimento do integralismo, do desfecho da Intentona Comunista de 1935, da descoberta do Plano Cohen e do golpe de Estado de 1937, “defender os judeus publicamente se tornou uma tarefa difícil e problemática, pois implicava vazar a censura e o autoritarismo” (Carneiro, 1988, p. 480).

Portanto, o que constatamos é um Brasil que não favorecia a integração de alguns grupos sociais, incluindo o dos judeus. A orientação nacionalista do Estado Novo se mostrou resistente à autonomia cultural desses grupos estrangeiros considerados ameaçadores à estabilidade política e econômica do país. E quanto aos judeus, devido ao contexto da Segunda Guerra Mundial, e conseqüentemente o nazismo, as dificuldades eram grandes por não haver sequer interesse governamental para recebê-los e adaptá-los às condições brasileiras. A ordem de proibir aos judeus a entrada no Brasil é uma ordem política de Getúlio Vargas, por meio da qual ele aparece, então, como um governante simpático a Hitler, Mussolini e Franco - estes, também ditadores (Carneiro, 1988). Conforme Maria Luiza Tucci Carneiro conclui:

O anti-semitismo que se manifestou durante a Era Vargas pode ser caracterizado como político e xenófobo, camuflado sob a máscara do nacionalismo. Não nos restam dúvidas a respeito do posicionamento do Brasil contra os judeus, questão que se manteve desde os anos 30 ilustrando, vexatoriamente, a nossa literatura, nossa documentação diplomática e a nossa charge política. Do ponto de vista do anti-semitismo moderno verificamos que este se manteve mediante cálculos políticos, ajustado de acordo com as necessidades do poder e instigado por pseudo teorias científicas importadas da Europa. Apesar deste anti-semitismo "caboclo" não ter se transformado em um problema de massa, o ódio e o desprezo ao judeu assumiu uma configuração doutrinária atuando ao nível das mentalidades (móvil ideal) e da práxis (móvil real). Compôs, ao lado de outros elementos, a doutrina que serviu de sustentação para o regime autoritário que caracterizou o Estado Novo (Carneiro, 1988, p. 499).

Este quadro nos revela a dimensão racista de exaltação à raça branca em detrimento do judeu, do negro - e também do japonês, um antagonismo inflado pelo projeto de identidade nacional (Carneiro, 1988). É nítida a influência europeia na situação brasileira em termos de contribuição para a assimilação da prática do antissemitismo. A maioria da diplomacia brasileira apoiou o discurso antissemita propagado pelo Terceiro Reich, colaborando com a morte de milhares de judeus perseguidos, e foi nos governos de Vargas e Dutra que circulares secretas antissemitas foram emitidas e mantidas, entre 1937 e 1948, impedindo a concessão de vistos aos judeus refugiados e sobreviventes dos campos de concentração (Carneiro, 2012). Portanto, as décadas de 1930 e 1940 configuram um marco triunfante do nacionalismo a partir

da instauração do Estado Novo, e um ponto de partida de uma nova fase do antissemitismo no Brasil (Carneiro, 1988).

Dito isso, a conservação de mitos políticos em relação a Vargas enquanto um “salvador da nação” e ao Brasil como um país cordial e receptivo às diferentes etnias e religiões passou a ser desconstruída através de investigações contemporâneas sobre a história brasileira. A persistência do antissemitismo no Brasil “se relaciona com os silêncios e negligências; através da omissão e “negacionismo”, o Brasil perdeu a oportunidade de salvar milhares de judeus cujo destino até hoje não se sabe” (Carneiro, 2012, p. 88). Portanto, explicar a postura brasileira durante o Estado Novo frente o Holocausto e dos judeus perseguidos pelos nazistas faz “sangrar a História Oficial” (Carneiro, 2012, p. 82).

A presença do antissemitismo no território brasileiro não aconteceu exclusivamente pelo Estado Novo, por Vargas, pelos integralistas e por meio de outros que compactuavam com a ideologia fascista. Desde a ascensão do nacional-socialismo na Alemanha, muitos dos alemães radicados no Brasil adotaram as teorias políticas e raciais sustentadas pelo III Reich e, em diferentes momentos e meios de comunicação a aversão aos judeus pontuou a retórica desses cidadãos, “ora como membros efetivos do Partido Nazista no Brasil desde 1932, ora como meros simpatizantes do ideário nacional-socialista” (Carneiro, 2003, p.93). Nesse contexto, muitos dos clubes, livrarias, bares e sedes de associações comunitárias imigrantistas alemãs se transformaram, nas principais cidades do sul brasileiro, em espaços de circulação dos discursos nazista, pangermanista e antissemita (Carneiro, 2003). Diversos intelectuais atestam o raciocínio herdado e expressivo da mentalidade nazista que reforçava a imagem da Alemanha enquanto paradigma de civilização, e dentro disso, a crença do alemão como símbolo de cultura organizada em detrimento da cultura judaica - avaliada como degenerada (Carneiro, 2003). Percebemos, então, que “tornaram-se comuns, nas publicações e nas falas dos alemães radicados no Brasil, expressões de aversão aos judeus em contraposição ao orgulho da própria raça, definida como forte e superior” (Carneiro, 2003, p. 94).

Isso se liga ao que Giralda Seyferth (1982) entende por ‘identidade étnica teuto-brasileira’, baseada em elementos próprios da ideologia germanista, rotulados pelo termo *Deutschtum*<sup>4</sup>. Estudando principalmente as comunidades alemãs do sul brasileiro, em específico o estado de Santa Catarina, Seyferth analisou que nas colônias alemãs foi forjada uma consciência nacional peculiar que separa as noções de cidadania e nacionalidade - esta última baseada em normas culturais e raciais -, e que essa consciência produziu uma

---

<sup>4</sup> Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Deutschtum>>. Acesso em: 27/12/2023

concepção de identidade étnica que engloba um componente ideológico nacional alemão (Seyferth, 1982). Os conceitos de etnia, grupo étnico e etnicidade incluem as populações nacionais, ou minorias nacionais, que interagem com outras fora dos limites específicos de seu Estado Nacional. Dessa forma, a ideologia nacionalista é uma ideologia étnica que envolve a interação de membros pertencentes a um determinado grupo e que indica identidade étnica (Seyferth, 1982). Entender isto é fundamental para visualizarmos o panorama em que se inserem as colônias de imigrantes e de descendentes de alemães no sul do Brasil, pois há uma série de símbolos culturais e sociais que as caracterizam enquanto comunidades étnicas e que dialogam ou divergem com outros grupos étnicos.

Conforme suas pesquisas, Seyferth (1982) sublinha que o sangue determina a filiação a um povo, então os alemães que vivem fora do território alemão pertencem à comunidade alemã mundial. Ou seja, “o ponto focal da ideologia nacionalista determina que o povo alemão não necessita estar ligado a um território específico ou a um Estado para constituir uma nação” (Seyferth, 1982, p. 45-46). Assim, o elo que liga um povo e sua nação é o que os alemães chamam de *Volksgemeinschaft e Deutschtum* - uma comunidade de interesses e uma cultura, raça e língua comuns - referenciadas como a “consciência nacional alemã” (Seyferth, 1982). Portanto, nacionalidade e cidadania, neste contexto, não se complementam, pois a nação é considerada um fenômeno étnico-cultural e por isto não depende de fronteiras; já a nacionalidade, significa a vinculação a um povo e não a um Estado. Por um lado, a cidadania liga o indivíduo a um Estado e, portanto expressa sua identidade política, e por outro, a cidadania<sup>5</sup> não-alemã não impede que um descendente de alemães seja leal à nacionalidade dos seus antepassados (Seyferth, 1982).

Portanto, podemos atestar que as diferenças culturais e sociais produzidas ao longo do processo histórico de imigração ficaram mais evidentes nas colônias do Sul, onde o elemento nacional era pouco representativo (Seyferth, 1999). Entrando na década de 1930, as comunidades e a imprensa teuto-brasileira passaram a sofrer influência direta da propaganda nazista, implicando numa maior frequência de conteúdo racial do nacionalismo alemão; aqui entra o antissemitismo. O jornal que mais se aproximou dos ideais nazistas na região do Vale do Itajaí foi o *Blumenauer Zeitung* que se caracterizou, também, “por um apoio formal e direto ao Partido Integralista Brasileiro, embora os outros dois órgãos de maior circulação da imprensa teuto-brasileira no Vale do Itajaí - o *Urwaldsbote e o Kolonie-Zeitung* - também

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/migracoes/migr18.htm>>. Acesso em: 27/12/2023



transmitissem alguns princípios do nazismo e do integralismo” (Seyferth, 1982, p. 94). Inclusive, René Gertz (1987) também fala sobre o mesmo jornal: o *Blumenauer Zeitung* fazia propaganda tanto para o integralismo quanto para o nazismo. A circulação da ideologia racial nazista foi muito mais marcante e específica no *Blumenauer Zeitung*, defensor da pureza racial do antissemitismo (Seyferth, 1982). De um modo geral, o antissemitismo posto nas propagandas desse jornal seguia a estereotipia nazista sobre os judeus, ou seja, “capitalistas que exploravam a Alemanha - o que justificava a estatização das indústrias nas mãos dos judeus, responsáveis pelo comunismo internacional; a raça estrangeira [...] constituindo uma ameaça ao povo alemão, e a manutenção de sua pureza dependia da legislação racial que colocou os judeus no seu verdadeiro lugar” (Cf. *Blumenauer Zeitung*, ano 55, No. 10, de 25-1-1936 apud Seyferth, 1982, p. 95). No seguinte trecho Seyferth ressalta até que ponto esse jornal esteve sob a tutela nazista:

A própria democracia, associada ao capitalismo, passa a ter o rotulo de “sionista”, numa nítida justificativa para a existência de um governo totalitário na Alemanha: Democracia quer dizer domínio dos povos. Num Estado democrático o povo deve verdadeiramente governar. Democracia é uma forma de governo ideal para pequenas cidades-Estados, nas quais todos se conhecem. As vozes da maioria têm sempre o melhor em tal Estado. Mas se os Estados são maiores, de tal forma que uns não conhecem os outros, assim é necessário realizar uma eleição e escolher pela propaganda. A propaganda, porém, custa dinheiro. Quem tem mais dinheiro pode fazer a melhor propaganda. Quem fizer a melhor propaganda ganha a eleição. Quem ganha a eleição determina o governo. Quem determina o governo tem a força. O judeu tem dinheiro. O judeu, por isso, precisa da democracia. Através do dinheiro e da imprensa ele se torna o verdadeiro soberano dos Estados democráticos. Assim, a democracia se torna o sinônimo da dominação judia (*Judenherrschaft*) (*Blumenauer Zeitung*, ano 56, 22-1-1937 apud Seyferth, 1982, p. 95).

Seyferth (1982) nos pontua que a cultura e o sentimento nacional pertencem à pátria de origem e que o nazismo se apropriou de uma noção enraizada no modo de vida alemão, que é a de comunidade. E aqui importa ter em mente que os periódicos enfatizaram esta questão: os teuto-brasileiros têm internalizado o sentimento de comunidade “muito antes de Hitler” (Seyferth, 1982, p. 98). Assim, as colônias alemãs no sul do Brasil com seus próprios recursos, mantiveram suas escolas, igrejas, orfanatos e outros espaços; e nessas mesmas colônias foram conservados o nacionalismo alemão e a consciência nacional alemã. Desse modo, se o nazismo quisesse contribuir para o trabalho social nas colônias alemãs, e para a perpetuação das tradições e da cultura alemã, e do sentimento comunitário alemão no Brasil, essa contribuição seria bem recebida (Seyferth, 1982). Assim, muitos teuto-brasileiros se deixaram empolgar pela doutrinação nazista “representada pela superioridade racial dos arianos e pela exaltação da língua alemã; mas a maior parte dessa população estava longe de

aceitar a tutela de um partido político estrangeiro. O integralismo, como partido político, foi aceito com maior facilidade que o nazismo” (Seyferth, 1982, p. 176).

No sul brasileiro, o partido nazista agiu por meio de associações que criou e da infiltração de agentes nos principais espaços recreativos e culturais e em algumas escolas. Em Brusque (Santa Catarina), a divulgação nazista aconteceu através de palestras e reuniões realizadas na Sociedade de Atiradores e na Sociedade de Ginástica, e também na Escola Evangélica Alemã. A propaganda nazista foi permitida abertamente antes de 1938 e nada foi feito para impedir a instalação dos grupos locais e associações. Porém, durante o Estado Novo, ela foi proibida, causando espanto nos meios teuto-brasileiros e integralistas (Seyferth, 1982). Seyferth ressalta que as dificuldades de assimilação dos descendentes de alemães e os riscos de uma desintegração estimulada pela Alemanha configuram o que se entende por “perigo alemão” (Seyferth, 1999, p. 209-210). Desse modo, as especulações sobre esse perigo tiveram respaldo na ação propagandística da Liga Pangermânica, cujo discurso étnico-racista influenciou regiões de colonização alemã apesar do afastamento da imprensa teuto-brasileira das ideias mais problemáticas do pangermanismo, que difundiam a superioridade racial ariana (Seyferth, 1999).

Nesse sentido, a questão racial emerge no discurso imigrantista, num primeiro momento indiretamente, mas bem preciso, “quando são hierarquizados os imigrantes ideais” (Seyferth, 1999, p. 211). Quanto a isto, a ideia de raça dialoga diretamente com uma idealização homogênea identitária - de embranquecimento - da população brasileira, que se contrapõe com a realidade heterogênea da nação. Esse raciocínio racista dominou o pensamento social brasileiro na década de 1930 e persistiu no Estado Novo, influenciando a política imigratória (Seyferth, 1999). Ao analisarmos os estudos da imigração semita no Brasil<sup>6</sup> vemos que eles pareciam defender a entrada de imigrantes judeus, mas que na prática o regime de cotas limitava o número de “indesejáveis” - os ashkenazim, judeus da Europa Central e Oriental. Por outro lado, os judeus considerados aceitáveis eram os sefaradim - judeus da Península Ibérica, principalmente Espanha e Portugal, os ditos ‘cristãos novos’ que se converteram ao cristianismo durante a Inquisição. Estes últimos, então, por terem passado por um processo de assimilação eram de alguma forma bem-vindos à pátria brasileira.

Apesar da preponderância do ideal da democracia racial brasileira produzida pela tradição histórica de brancos, negros e indígenas, e da substituição parcial das metáforas racistas por explicações de natureza sanitarista, questões como a ocupação do território e a assimilação articulada aos cânones homogeneizantes do nacionalismo, mantiveram a imigração entre os principais problemas nacionais num

<sup>6</sup> Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Juda%C3%ADsmo\\_no\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Juda%C3%ADsmo_no_Brasil)>. Acesso em 27/12/2023

período em que houve decréscimo considerável das correntes imigratórias europeias e a imigração japonesa (desejada por alguns como solução para a agricultura brasileira), bem como o problema dos refugiados judeus, pressionava a abertura das fronteiras para indivíduos classificados como indesejáveis por importante parcela da elite política e científica. Ora, sendo a imigração europeia pensada também como o caminho mais curto para clarear o fenótipo do povo brasileiro, a diminuição das suas taxas nos anos 30 reacendeu a polémica sobre os asiáticos (classificados como “raça inferior” desde o Império) e semitas. Embora restrições de natureza racial raramente surgissem na legislação, a implantação do sistema de cotas, entre outras motivações, tinha o propósito de restringir a entrada de não-brancos, consistindo num percentual sobre o total de imigrantes de cada nacionalidade estabelecidos no país (Seyferth, 1999, p. 212).

Com isso, raça e miscigenação são temas que atravessam as discussões sobre política imigratória e formação étnica nacional, o que, de certa forma, faz parte da estrutura doutrinária da maioria dos nacionalismos (Seyferth, 1999). As medidas levadas a cabo entre 1937 e 1945 vinham sendo preconizadas desde o século XIX, mas “só um Estado autoritário poderia criar uma legislação impositiva da assimilação e do caldeamento e propor, por decreto, estudos científicos que dessem diretrizes eugênicas (raciais), sociais e culturais para erradicar as diferenças étnicas que faziam dos imigrantes cidadãos incompatíveis com a nação” (Seyferth, 1999, p. 225). Citando Hannah Arendt, Seyferth (1996) fala que muitos nacionalismos descobriram e fizeram uso do racismo, implicando a eugenia e a limpeza étnica; assim, o respaldo científico dado às doutrinas raciais vigentes na passagem para o século XX remete à sua importância como ideologia para fins políticos. Quanto ao antissemitismo (racismo anti-judaico) no Brasil, Seyferth (1996) nos enfatiza que a discriminação de base biológica, o racismo científico, pode ser observada pela ideia de pureza de sangue que enfatiza a discriminação dos judeus com caráter profundamente depreciativo, apelando para o estigma do “sangue impuro”.

Ideologias nacionalistas difundidas no Brasil consideravam que uma rígida campanha de “nacionalização” garantiria o estabelecimento definitivo da homogeneidade étnico-cultural-religiosa no país e que a partir desse momento o quadro brasileiro estava definido (Gertz, 1998). A história brasileira mostra que, além das desigualdades entre regiões e classes sociais, a homogeneidade étnico-cultural está longe de ser uma realidade. Segundo René Gertz (1998, p. 7) “os mitos de unidade irracionais baseados em etnia, nacionalidade, raça, religião e semelhantes são mais eficazes e duradouros do que alguns mitos modernos que pretendiam substituí-los”. Ele reafirma que além dos negros, existem articulações discriminatórias para com outros grupos clássicos, como árabes e judeus (Gertz, 1998). Os judeus foram motivo de preconceito e de perseguições pelo mundo afora durante séculos, e no

Brasil não foi muito diferente: o antissemitismo se fez presente antes do período Vargas, mas nitidamente esse período foi um marco de antissemitismo na história brasileira, como nos lembra Carneiro. Mesmo que as opiniões sobre o grau e a abrangência do antissemitismo na era Vargas sejam divergentes, não há dúvida de que ele pode ser detectado em inúmeras oportunidades, no contexto dos anos 1930-1940 (Gertz, 2005).

E tendo em vista o movimento germanista no sul brasileiro, como estudado por Giralda Seyferth, percebemos um grupo cuja doutrina pregava a “segregação étnica, com seus corolários, como combate aos casamentos inter-étnicos, luta pela preservação da língua alemã, o que resultava, naturalmente, num discurso e numa prática que podiam ser interpretados como antibrasileiros” (Gertz, 2005, p. 20). Dentro do discurso germanista havia a atividade nazista expressa, através de militância partidária; é constatado que havia cerca de 500 nazistas com carteira do partido no Rio Grande do Sul e um número semelhante em Santa Catarina (Gertz, 2005). Quanto ao integralismo, sem dúvidas é um movimento que tinha mais adeptos nas regiões de colonização alemã e italiana do que nas demais regiões no Brasil, perceptível por meio da semelhança e eventual aproximação ao nazismo e ao fascismo (Gertz, 2005).

## 2.2 O RECRUDESCIMENTO DO ANTISSEMITISMO NO BRASIL: 2016-2022

Na contemporaneidade, a década de 1990 foi marcada por atentados de violência de grupos neonazistas e evidenciou a ameaça do ressurgimento do fascismo (Dietrich, 2011) sob novas roupagens, preocupando os defensores da democracia. “A exemplo do que aconteceu mundialmente, principalmente após o término da Guerra Fria, houve no Brasil o aparecimento de grupos neonazistas” (Dietrich, 2011, p. 18). Diante disso, René Gertz (2022) aponta que os movimentos fascistas ainda seguem existindo no Brasil, e ao olharmos para a atualidade do fascismo no Brasil, temos o neonazismo: um fenômeno referente a situações transcorridas durante a segunda metade do século XX, que envolvem manifestações ou atos ligados ao nazismo. Portanto, o conceito de neonazismo “trata de ecos mais diretos daquilo que aconteceu nos anos 1930/1940” (Gertz, 2022, p. 278). Além disso, podemos associar o fenômeno do neonazismo com a extrema direita.

O ressurgimento de movimentos de extrema-direita e que tenham como forte componente o racismo, está associado, em um primeiro momento, acreditamos, a essa

tendência mundial onde grupos com tais perfis aparecem em diversos lugares do planeta. Outro fenômeno é a desagregação do estado de bem estar social e o reaparecimento de políticas conservadoras e neoliberais [...] (Dietrich, 2011, p. 19).

Outra interpretação para o surgimento desses grupos tem relação com fatores identitários: “eles aparecem como uma forma de reação diante do processo de fragmentação da identidade e de instituições no último quarto do século XX” (Almeida, 2004 apud Dietrich, 2011, p. 19-20). É interessante observar uma diferença entre a ideologia nazista “original” em relação aos neonazistas; enquanto que a primeira considerava a raça definida por relações transmitidas/hereditárias, os neonazistas se guiam pela aparência de seus odiados - o tom da pele e a composição do corpo (Dietrich, 2011). E quanto ao antissemitismo, ele se atualiza: os racistas, neonazistas e revisionistas constroem e atualizam mitos (Dias, 2007). Ao passo que durante “o III Reich se divulgava que existiria um complô judaico e que esse complô era o responsável pelo quadro de crise econômica e inflacionária que a Alemanha passava” (Dietrich, 2011), mais recentemente, para os neonazistas, é repassada a crença de que os judeus estão sempre infiltrados nas novas mídias globalizadas e que as dominam. Um estereótipo clássico atualizado.

Dentro disso, quanto às manifestações e atos neonazistas acontecidos no Brasil desde a década de 1990, o sul do país registrou diversos episódios de ataques violentos a minorias rechaçadas pelos nazistas e muitas apologias ao nazismo (Gertz, 2022). Também, manifestações e atos acontecidos desde o fim do século XX até os dias atuais envolvem uma geração mais nova, que não teve contato com o nazismo “original”, por isso falamos em “neo” (Gertz, 2022). Conforme Gertz exemplifica, podemos constatar nos últimos anos uma maior frequência do enaltecimento de Hitler e símbolos nazistas, reuniões de grupos neonazistas com integrantes de diversos estados brasileiros, exacerbação do racismo e episódios de violência.

Citando uma passagem do Procedimento Administrativo nº 1.29.014.00016/2010-94, René Gertz (2022) sublinha que “Estudos relatam que o pensamento nazista estendeu-se para além das fronteiras nacionais da Alemanha do século XX, constatando-se evidência do mesmo aqui no Brasil - mais especificamente na região sul - que tem destacado histórico de imigração europeia nos três estados” (apud Gertz, René, 2022, p. 280-281). Em paralelo, nos últimos anos podemos observar a ascensão de grupos, partidos e governos inclinados à extrema-direita e/ou neofascistas em várias partes do mundo, incluindo a América Latina (Riberti, 2022). Os fascismos na América Latina são movimentos autóctones que chegam a

ser um fenômeno internacional diverso, em que as condições locais definem suas chances de se configurarem em partidos e alcançarem o poder (Bertonha, 2013 apud Riberti, 2022).

E aqui temos a experiência neofascista brasileira: esses movimentos, relacionados à extrema-direita, fazem uso de novos discursos, símbolos e práticas, assim como novos métodos e recursos, a exemplo das redes sociais na atualidade, para atingir as massas (Riberti, 2022). Em sua dissertação de mestrado sobre neonazismo na internet, a antropóloga Adriana Dias (2007) percebe que o terreno da internet é perigoso, pois não costuma incitar apenas ao racismo, mas também à prática da violência física, assassinato e outras iniciativas contra os direitos humanos. Segundo Dias, “as estatísticas dos movimentos antirracistas apontam para o fato de que pelo menos noventa mil pessoas estejam diretamente envolvidas em grupos neonazistas, cerca de metade disto apenas no Estado de Santa Catarina” (Dias, 2007, p. 35 apud Gertz, 2022, p. 281). Inclusive, “ela considerou que o crescimento foi constante, desde o tempo em que começou seus estudos, e a curva ascensional se teria tornado quase vertical na “era Bolsonaro” (Gertz, 2022, p. 282).

Dias (2007) afirma que esses movimentos de ultradireita, tanto no Brasil quanto no exterior, se valem de revisionismo histórico, negação do Holocausto e se aliam a uma concepção racializada e racista de mundo para fortalecer suas “lutas” (p. 35-36), a uma postura política que privilegie a supremacia branca e à veneração de Hitler. Logo, esses grupos são racistas, revisionistas e neonazistas (Dias, 2007). “A internet é, ainda, locus ideal, por um paradoxo próprio à rede: o formato da rede garante anonimato, enquanto que a extensão permite alcançar milhares de pessoas ao mesmo tempo, num tempo muito menor do que o necessário por outro veículo, o que exponencializa esta forma de sociabilização” (Dias, 2007, p. 37). Estamos diante, portanto, de um fenômeno que se tornou cada vez mais forte nos últimos anos: os discursos de ódio na internet, que são produzidos, legitimados e reproduzidos. Na rede, a maioria dos sites com conteúdos neonazistas têm seus discursos de ódio direcionados principalmente a negros e judeus, contra qualquer um que pareça passível de destruir um mundo “branco” (Dias, 2007). E sendo a internet um grande veículo de informação, ela se torna um espaço favorável para esses discursos serem divulgados, internalizados e difundidos.

Também, os neonazistas agem fisicamente, “num ato concreto” (Dias, 2007, p. 143-144), como, por exemplo, em ações de espancamento de judeus, negros e homossexuais, nas quais são motivados pelo ódio racial a lutar por sua “causa” (Dias, 2007). Atos raciais de violência causados por neonazistas e antissemitas têm uma lógica intrínseca (Bakhtin, 1926

apud Dias, 2007), dizem respeito a um ato estético como um agir ético sustentado por concepções políticas e religiosas que se expressam, e que dessa forma, configuram uma visão de mundo de seus participantes. Nesse sentido, a ideia de ato diz respeito a “um sentido ativo e durativo, envolveria, portanto, ações concretas, intencionais, participativas e passíveis de resposta, porque profundamente comprometidas com seus agentes” (Dias, 2007, p. 144). Os racistas revelam o nexos entre o “dito e o feito” (Dias, 2007, p. 148), entre a prática ritual de atos de ódio e o considerado por eles ativismo político, na reelaboração de mitos estereotipados e preconceitos há muito tempo existentes. Tais atitudes parecem ser mediadas pelo julgamento dos indivíduos, mesmo inseridos em seus contextos culturais:

O agir do sujeito vincula-se na obra bakhtiniana, à ideia expressa por um “sujeito situado”, por parâmetros estéticos, políticos, morais e religiosos. Esta é uma recusa clara de uma concepção que exila uma lógica transcendente ao mesmo, não redimindo, portanto o sujeito das escolhas que fez para cumprir seu espaço no campo em que sustenta sua trajetória (Dias, 2007, p. 144-145).

Levando em conta as manifestações antissemitas na contemporaneidade, é interessante observar que condizem com sujeitos organizando suas narrativas com o objetivo de construir um discurso ideológico direcionado. E considerando em paralelo ao antissemitismo, temos a questão da ideologia neonazista, “que retoma símbolos, mitos e propostas jurídicas, religiosas e políticas do nacional-socialismo [...]” (Dias, 2007, p. 215). Os neonazistas forjam a memória e por isso se valem do revisionismo histórico, da negação do Holocausto, da reprodução de estereótipos judaicas e raciais, e da tentativa política de atualizar o nazismo. Dessa forma, as relações estabelecidas pelo nazismo são atualizadas pelo neonazismo, ou seja, os neonazistas também se sentem ofendidos por seus antigos inimigos, os judeus, os negros, e no Brasil os nordestinos, e continuam a mobilizar seu ódio contra eles (Dias, 2007). Assim, os novos nazistas expressam sua verdade se valendo do direito “à liberdade de expressão” com disposições discursivas que configuram “propensões para pensar, sentir e agir” (Wacquant, 2004 apud Dias, 2007).

Os neonazistas do século XXI também seguem a ideologia do antissemitismo, assim como os nazistas do século XX, como os antissemitas do século XIX, e os religiosos da Inquisição, “e avaliam os judeus como hostis, delinquentes e parasitas” (Hilberg, 1961, p. 39 apud Dias, 2018, p. 154). O tempo deu continuidade ao discurso, com ódio não somente ao judeu, mas ao imigrante, ao estrangeiro, ao deficiente - grupos inconvenientes considerados pelos neonazistas como ameaçadores. Nessa perspectiva, para eles, a raça é uma categoria constantemente redefinida enquanto mito e genética (Dias, 2018).

Neste ponto, defino neonazismo como uma miríade de movimentos extremamente heterogênea, na qual cada grupo articula a partir de uma narrativa bi-dimensional (mítica e biológica) um modo característico de ler elementos históricos, sociais, míticos, biológicos, religiosos ou de qualquer outra ordem, dentro de um grau específico de nazificação e sob uma ótica radicalmente racializada e com certos aspectos paranóicos, de modo a formatar uma noção de ‘nós’ como ‘o povo branco’, superior, que se contraporia ao ‘outro’ por ele construído como ‘inimigo’ e profundamente odiado, elaborando que sua ‘sobrevivência’ dependeria de uma masculinidade exacerbada, exaltada, violenta, nacionalista, anti-semita, disposta a morrer pela causa defendida e pela perpetuação do grupo, colocando-se em estado permanente de alerta, ‘sob ameaça’ e em ‘guerra’ (DIAS, 2018, p.153-154).

Portanto, elementos preconceituosos, estereotipados e conspiracionistas fundamentam a narrativa de cada grupo neonazista que é expressada em determinada localidade. Desse modo, “no Brasil, o nordestino sempre foi o elemento a ser mais hostilizado pelos grupos racistas, ao lado dos sempre presentes judeu e negro. O inimigo do ideal neonazista brasileiro [...] é a miscigenação” (Dias, 2018, p. 170). Também, a erupção do ódio aos nordestinos revela como a narrativa social da extrema-direita está mais ou menos presente no discurso político de um grupo local. “Da mesma forma, em alguns lugares dos Estados Unidos, o segundo inimigo mais comum é o latino, depois do judeu; em outros, o negro; em outros é o descendente de árabes. As narrativas vão se modificando conforme a espécie de formação narrativa que se constituiu” (Dias, 2018, p. 170). O neonazista se vale de narrativas sociais e políticas, marcadas pela crença de que qualquer forma de avanço social ou direitos humanos é uma prática contra o homem branco, heterossexual, e que portanto, precisam agir odiosamente (Dias, 2018). E quanto ao antissemitismo, tema deste trabalho, Dias (2018) sublinha que se destacou nos movimentos neonazistas, pois os judeus são considerados a origem e cúmplices do comunismo e do liberalismo.

Assim, “No limite, a história do antissemitismo se revela “a história da loucura pública” que escolhe “culpar alguém pelo sofrimento social”. Entre as vítimas escolhidas, o “judeu foi sempre destacado para esse papel”, no dizer de Durkheim” (Dias, 2020, p. 124). Nos últimos anos, o antissemitismo tem crescido de forma mais abrangente se associando a outras discriminações: ódio à população LGBTQI+, ao negro, ao nordestino. De acordo com as pesquisas de Dias (2020, p. 126), o neonazismo existe em células e em movimentos que lutam para ascender ao “status” de “grande movimento do povo branco”.

Esses movimentos são extremamente heterogêneos, cada grupo articulado, a partir de uma narrativa bidimensional (mítica e biológica), um modo característico de ler elementos históricos, sociais, míticos, biológicos, religiosos ou de qualquer outra ordem, dentro de um grau específico de nazificação. Sob uma ótica radicalmente racializada e com certos aspectos paranoicos, formatam uma noção de “nós” como o “povo branco”, superior, que se contraporia ao “outro” por ele construído como “inimigo” e profundamente odiado. Sua “sobrevivência” dependeria de uma



masculinidade exacerbada, exaltada, violenta, nacionalista, radicalmente antissemita, disposta a morrer pela causa defendida e pela perpetuação do grupo, colocando-se em estado permanente de alerta, “sob ameaça” e em “guerra” (Dias, 2020, p. 126).

Na internet, os grupos neonazistas usam a rede para sites institucionais, blogs e proselitismo - a isto se somam as redes sociais: com o seu advento houve um aumento considerável da comunicação entre os grupos na web e na deep web<sup>7</sup>. No Brasil, muitos desses grupos criam zines e revistas neonazistas em que produzem conteúdo de download sobre o nazismo, a negação do Holocausto, líderes nazistas e disponibilizam músicas neonazistas. Ou seja, criam “uma quantidade imensa de material de ódio que é baixada por uma quantidade enorme de pessoas” (Dias, 2020, p. 137). A antropóloga localizou 349 células de grupos neonazistas no Brasil, em diferentes níveis de nazificação, com números de membros que variam de quatro a noventa por célula, em que a quantidade de pessoas que acessa e faz download do material produzido por elas é muito maior: “passam de 500 mil pessoas, em março de 2020. No Brasil, os grupos com maior número de células são os grupos neonazistas de fundo ultranacionalistas/supremacista, ou hitleristas, ou ultraconservadores religiosos, ou neofascistas/neonazistas” (Dias, 2020, p. 137).

A judeofobia e o antissemitismo contemporâneos tentam aparentar não serem racistas ou antissemitas. Muitas construções discursivas contém afirmações duvidosas e deturpadas, mas os grupos neonazistas reproduzem continuamente uma linguagem agressiva sobre os judeus, associando estereótipos, xingamentos, com o objetivo de despessoalizar o judeu “para fazê-lo menos humano, menos pessoa” (Dias, 2020, p. 139). Ao naturalizarem e negarem Auschwitz e o Holocausto e ao culpar as vítimas como responsáveis pelas atrocidades cometidas, esses grupos neonazistas afetam o senso comum (Dias, 2020).

O discurso não percebe as vítimas como humanas. Permanecem vivos os eternos criadores do “boato sobre os judeus”, como bem definiu Adorno, enquanto permanece vivo o neonazismo e sua máquina de produzir sujeitos que caluniam, suspeitam, indagam, questionam, mentem, deformam, estereotipam, infamam, maculam, mancham, difamam, interrogam, desconfiam, receiam, intimidam, desfiguram, desumanizam. [...] Permanece necessário, como afirmou Adorno, uma educação permanente contra Auschwitz. Permanece ainda mais necessário, como afirmou Durkheim (1899), que todas as pessoas razoáveis “em vez de se contentarem com uma repreensão casual, possam ter coragem de declarar seus sentimentos em voz alta e unir esforços para combater vitoriosamente essa loucura pública” (Dias, 2020, p. 139-140).

A isso se soma o recrudescimento de manifestações antissemitas e neonazistas entre 2016 e 2022 no Brasil. Aqui, a ascensão da extrema-direita - personificada na figura de Jair

<sup>7</sup> Disponível em: < <https://revistaforum.com.br/opiniaio/2019/6/17/sinal-vermelho-na-deepweb-por-adriana-dias-57158.html>>. Acesso em 27/12/2023

Bolsonaro - e de ultraconservadores, foi capitalizada pelos agentes que participaram do golpe de Estado que depôs Dilma Rousseff, em 2016 (Boito, 2020 apud Riberti, 2022). O contexto do impeachment contribuiu para fortalecer alas conservadoras e antidemocráticas, desacreditar o voto popular, a democracia e as instituições, e estimular junto aos meios de comunicação a ideia de uma crise política e econômica incontornáveis (Riberti, 2022). Esse cenário:

[...] culminou na coalizão de uma direita neofascista com uma direita tradicional, que conferiu não só coesão ao governo que emergia naquele momento, mas também a consolidação de elementos que configuram uma nova programática política, tais quais a defesa de pautas morais, que se opõem à diversidade sexual e as identidades de gênero, e criminalizam direitos reprodutivos, o retrocesso nos direitos trabalhistas e previdenciários, a imposição de uma doutrina religiosa nas esferas institucionais, a negação da luta de classes, a desqualificação do processo eleitoral, o elogio ao autoritarismo, ao armamentismo e à violência como respostas legítimas para o problema da insegurança pública (Riberti, 2022, p. 686).

E a partir de então podemos observar na mídia uma frequência cada vez maior de notícias sobre ações, atos, mobilizações e ataques, de caráter neonazista com teor antissemita, em muitos deles. O uso de determinadas palavras e expressões associadas aos judeus alimenta determinadas ideias, reforçando estereótipos antissemitas, assim como símbolos imagéticos, a exemplo de suásticas, referências integralistas, supremacistas, racistas e mensagens de ódio - também configuram outras formas de antissemitismo, inclusive de neonazismo. Podemos problematizar três questões aqui: a naturalização desses atos e símbolos e a crescente violência que emerge, como também a ideia de que o sentimento libertário que a extrema-direita suscita parece propiciar terreno para que manifestações nazifascistas sucedam. Como identificado por Adriana Dias, cresceu consideravelmente nos últimos anos o número de grupos neonazistas no Brasil. Segundo o Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, já citado na “Introdução” deste trabalho, houve um clima de intolerância e de ódio, e que, no período eleitoral de 2022 - e após os resultados das urnas -, os eventos aumentaram em quantidade e intensidade (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022). É interessante observarmos que houve uma espécie de retroalimentação: cada ataque ocorrido inspirou ataques posteriores.

Além disso, o fato de quase todos os eventos de caráter neonazista serem também racistas, homofóbicos, xenofóbicos, antissemitas, etc., faz com que a separação entre, por exemplo, eventos neonazistas e eventos antissemitas nem sempre seja possível nestes casos. É o que se verifica, por exemplo, nos vários atos neonazistas em diferentes unidades da Universidade Federal de Santa Catarina (Joinville e Florianópolis), em outubro de 2022, nos quais as ofensas e ameaças, muitas ilustradas com suásticas, foram dirigidas não apenas a judeus, mas também à população LGBTQIA+, feministas, negros, gordos e amarelos (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022, p. 2).

A fim de realizar um monitoramento de ataques antissemitas e neonazistas, o Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil (OJDHB) mapeou violações dos direitos humanos e construiu uma base de dados que sustenta o relatório com resultados quantitativos e qualitativos (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022 - relatório de 2019-2022). Num contexto geral, as manifestações mapeadas foram classificadas segundo: 1- tipo de ação (agressão verbal, propaganda, manifestações, violência física, vandalismo e deslegitimação de Israel); e 2- autoria (profissionais de mídia, políticos, jornalistas, líderes religiosos, professores, membros da força policial, do judiciário, do executivo e funcionários do governo, além de pessoas organizadas, a exemplo dos bolsonaristas, e pessoas isoladas, como extremistas). As violações foram identificadas em três categorias: eventos antissemitas, eventos de caráter neonazista e eventos de caráter neofascista. Apesar do foco do presente trabalho ser o antissemitismo no Brasil, iremos considerar os eventos antissemitas e os de caráter neonazista porque englobam elementos que atacam os judeus simbolicamente.

Podemos considerar como eventos antissemitas aqueles dirigidos especificamente aos judeus. Conforme aponta o relatório, o crescimento de manifestações antissemitas (principalmente agressões verbais) no Brasil se deu predominantemente durante a pandemia de Covid-19 e quando os conflitos se intensificam no Oriente Médio - envolvendo Israel e Palestina - também suscitam manifestações antissionistas e antissemitas (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022). Quanto ao primeiro tipo de manifestação, antissemitismo na pandemia da Covid-19, o discurso girou em torno da associação da obrigatoriedade do uso de máscaras com o uso da estrela amarela imposta aos judeus pelo regime nazista, enquanto a questão do isolamento social equivaleria ao aprisionamento nos guetos ou nos campos de concentração “ou ainda, o passaporte vacinal equivale à estrela amarela com a inscrição não vacinado” (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022, p. 19). Também, o argumento contra a vacina inclui a acusação de que os judeus dominam a indústria farmacêutica e que a vacinação foi uma forma de lucrarem com a pandemia. Além de banalizarem o Holocausto, essas expressões traduzem antissemitismo.

Quanto ao segundo tipo, o antissemitismo expresso a partir das intensificações do conflito entre Israel e Palestina, temos um antissemitismo disfarçado de antissionismo: “não a mera crítica às políticas do governo israelense, que podem ser criticadas por judeus e não judeus, israelenses e não israelenses, mas as que atribuem a responsabilidade dessas políticas aos “judeus” - genericamente” (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022,

p. 20). Aqui, o uso da expressão “nazi-sionista” e/ou a negação do direito dos judeus a um Estado nacional entram nessa categoria. São exemplos “os artigos de opinião que comparam o sionismo ao racismo, ao colonialismo, ao nazismo, defendendo teses antissionistas mal fundamentadas que amplificam o discurso de ódio antissemita e desconhecem, tanto a história do sionismo, quanto a história judaica em geral, ou a do antissemitismo em particular” (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022, p. 20). Também, podemos observar o aumento exponencial de manifestações antissemitas na mídia:

Os episódios que envolveram o comentarista José Carlos Bernardi na Jovem Pan, quando se referiu ao crescimento econômico da Alemanha (“É só assaltar todos os judeus que a gente consegue chegar lá. Se a gente matar um monte de judeus e se apropriar do poder econômico deles, o Brasil enriquece. Foi o que aconteceu com a Alemanha pós guerra”) e o do apresentador Bruno Aiub, conhecido como Monark, no Flow Podcast em suposta defesa da liberdade de expressão (“A questão é, se o cara quiser ser um antijudeu, eu acho que ele tinha o direito de ser”) são dois exemplos inequívocos. Outro exemplo é a página do site “Sempre Freud” no Facebook, que afirmava “os judeus não morreram durante a epidemia da Peste Negra na Idade Média”, “o Holocausto não existiu” e “nenhum judeu contraiu o coronavírus”. A página foi repudiada pelo Observatório Judaico de Direitos Humanos no Brasil, pela Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP e pelo Instituto Brasil-Israel, e a postagem foi retirada do ar (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022, p. 21).

Quanto aos eventos de caráter neonazista, eles não mencionam propriamente judeus, mas fazem referências explícitas a Hitler, ao Holocausto, incluindo fatos históricos do regime nazista (como as câmeras de gás e os guetos); e simbologias, (como a suástica, referências à SS, o gesto “Heil Hitler”, o número 88 que representa HH - a saudação nazista). Incluem declarações negacionistas em relação ao Holocausto e às câmeras de gás (ferramenta de extermínio utilizada em massa durante o regime nazista nos campos de concentração), e afirmações de que “o nazismo foi um movimento de esquerda” (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022, p. 23). Para muitos judeus e demais pessoas, eventos neonazistas são considerados antissemitas, afinal, o antissemitismo foi uma componente do nazismo. Mas estando no contexto contemporâneo, cabe considerar que em muitas manifestações neonazistas são atingidos alvos minoritários que nem sempre são judeus, a exemplo de mulheres, negros, LGBTQIA+, indígenas e outros. Já os eventos de caráter neofascista, não se referem a judeus nem usam explicitamente símbolos nazistas, eles se valem de elementos que estimulam a intolerância - que muitas vezes se manifesta em atos de violência neonazistas ou antissemitas. Atingem todos os setores da sociedade brasileira, grupos vulneráveis, instituições democráticas, instituições de ensino e pesquisa (dos discursos

da “escola sem partido” ao desmonte da estrutura voltada à ciência), a cultura, o meio-ambiente (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022).

Do relatório constam também dados referentes à Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, que recebeu e processou 14.476 denúncias anônimas de neonazismo somente em 2021. Somando os anos de 2019 e 2020, o total chega a 24.551 casos. Todos os dados são referentes ao período de 01/01/2019 a 30/06/2022, em que “dos 384 registros coletados, 169 correspondem a violações (44%)” (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022, p. 30). Foram 44 ações da polícia e do judiciário, e 134 notícias complementares. Quanto às violações neonazistas ocorridas na web e nas redes sociais, o relatório aponta:

Verifica-se que os episódios neonazistas praticamente dobram a cada ano: do total de 114 eventos, 12 ocorreram em 2019, 21 em 2020, 49 em 2021 e 32 apenas no primeiro semestre de 2022. Considerando-se que os registros de 2022 referem-se aos seis primeiros meses do ano, e supondo que o segundo semestre não será essencialmente diferente do segundo, inferimos que estes percentuais permanecerão na mesma ordem de grandeza. Os eventos antissemitas cresceram menos, mas cresceram (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022, p. 31).

No que diz respeito à classificação das violações por tipo de ação, o relatório verificou que as manifestações representam 42%, as agressões verbais 25% e propaganda cerca de 15%. Violência física e vandalismo respondem juntas por quase 10% e deslegitimação de Israel pelos 8% restantes (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022). Em relação às autorias dessas violações, foram identificados profissionais de mídia (atores, cantores, apresentadores) que representam 15%, políticos, jornalistas, líderes religiosos, professores, membros da força policial, do judiciário, membros do executivo e funcionários do governo, como também extremistas e bolsonaristas, representando um total de 85%. Quanto a estes últimos - extremistas e bolsonaristas, o relatório ressalta:

[...] agrupamos os autores em categorias. Na tabulação somamos os eventos cuja autoria foi identificada como sendo de “extremistas” aos dos “bolsonaristas”. Constatamos que a separação entre esses dois grupos pode ser bastante subjetiva, pois depende do agente se autodenominar bolsonarista e/ou da notícia identificá-lo como tal. Por exemplo, a notícia de 20/10/2021 cuja manchete é “Ostentando suástica, bolsonaristas agridem vereadores de Porto Alegre” foi classificada como evento de autoria de bolsonaristas. Além da sustentação de um símbolo nazista e da agressão a vereadores, os manifestantes vestiam roupas verde-e-amarelo, cores da bandeira brasileira que passaram a identificar os grupos bolsonaristas (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022, p. 34).

E em relação ao ex-presidente Jair Bolsonaro, também foram agrupados eventos de sua autoria. Apesar de não ter explicitado ideias claramente antissemitas como fez com outros grupos (como negros, indígenas, mulheres), evidenciou-se que ele fez apologia ao nazismo,

que recebeu<sup>8</sup> a neta do ministro de finanças de Hitler e que “tenha defendido membros do governo autores de discursos e gestos supremacistas e neonazistas, entre outros comportamentos de natureza semelhante” (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022, p. 34). Outro dado importante que o relatório aponta são os ataques a escolas. Não somente por terem resultado na morte de crianças, professores e funcionários; mas também por evidenciarem grupos explicitamente neonazistas, armados, que se mobilizam através das redes sociais (a chamada “deep web”), para “comprar armas e munições e para atrair, através de propaganda e discurso de ódio, crianças e adolescentes a quem oferecem treinamento paramilitar, visando atacar pessoas (principalmente negros e judeus), escolas, festas [...]” (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022, p. 38). Portanto, esses ataques às escolas no Brasil não são eventos isolados, mas fruto do ambiente em que proliferam células e grupos neonazistas.

Outros episódios neonazistas envolvendo estudantes em instituições de ensino, porém sem violência física também podem ser observados no período analisado. Basicamente giram em torno de alunos fazendo saudação nazista em sala de aula, uso da suástica, pichações de desenhos nazistas, citação de discursos de Hitler. Além das análises dos autores mais contemporâneos sobre o crescimento de antissemitismo no Brasil nos últimos anos, o relatório converge com eles no sentido de pontuar que houve de fato um crescimento de um projeto de caráter fascista e que por isso, importa monitorar os episódios e manifestações antissemitas e neonazistas. A análise dos dados coletados confirmou a escalada dos eventos de caráter antissemita e neonazista no Brasil “no contexto da ascensão de um governo de extrema direita” (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022, p. 60). Assim:

Judeus compõem o mosaico dos grupos ameaçados por essa vertente ideológica no mundo e isso se reproduz também na sua expressão brasileira. Esse crescimento sinaliza a gravidade de um processo que, em nosso país, atinge sobretudo os grupos que historicamente sofrem racismo estrutural. Na Alemanha nazista, o foco principal foram os judeus; no Brasil, as vítimas são os povos indígenas e afrodescendentes. [...] não se pode dizer que as judias e os judeus brasileiros formem um segmento perseguido sistematicamente por defensores de ideologias neofascistas. A violência contra a comunidade judaica brasileira está no nível do discurso, já enraizado e cada vez mais naturalizado. As teorias da conspiração renovadas, o uso de situações do Holocausto como referência para comparação com situações de cuidado, entre outros casos relatados neste documento, alertam para a normalização da desumanização e a licença para a violência características do nazismo, do neonazismo e neofascismo. E obviamente, do antissemitismo (Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil, 2022, p. 60).

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/26/fora-da-agenda-bolsonaro-se-reune-com-deputada-de-extrema-direita-da-alemanha.ghtml>>. Acesso em: 27/12/2023

### 3 CAPÍTULO 2 – O ANTISSEMITISMO NA TEORIA CRÍTICA

As proposições teóricas de autores ligados à Escola de Frankfurt, principalmente, colocaram no centro de suas análises não somente o fenômeno do antissemitismo, como também a tentativa de explicá-lo de um modo criativo e inovador, associando o que é sua expressão - o fenômeno do antissemitismo - com aspectos da cultura, psicologia e economia por meio de uma pesquisa interdisciplinar que propõe que as causas do antissemitismo estão em condições sociais que permitem a emergência do autoritarismo. Ou seja, a conexão não é entre antissemitismo e o nazismo na Alemanha, mas entre antissemitismo e autoritarismo, de um modo geral. Portanto, para entender o que significa o conceito de antissemitismo, importa analisarmos as constatações sobre as causas e os efeitos do fenômeno que teve seu recrudescimento máximo durante a Segunda Guerra Mundial.

#### 3.1 A DEFINIÇÃO TEÓRICA DA ESCOLA DE FRANKFURT

Em *Aspectos do Novo Radicalismo de Direita*, Theodor W. Adorno (2020, p. 4, tradução própria<sup>9</sup>) expôs a tese de que “a razão para o extremismo de direita, ou o potencial para tal extremismo - que ainda não era verdadeiramente visível na época - é que as condições sociais para o fascismo, na verdade, continuam existindo”. Apesar do colapso do fascismo propriamente concebido, as condições para os movimentos fascistas ainda estavam socialmente, se não politicamente, presentes. O fascismo é tido por Adorno como uma tendência que cria a possibilidade de rebaixar constantemente determinadas camadas da sociedade, de modo a reforçar os privilégios e o status social de outras (Adorno, 2020). Esses grupos tendem a odiar o que eles chamam de socialismo e sentem uma espécie de medo do Oriente, devido à sensação de uma ameaça estrangeira. A partir disso, emerge um sentimento forte de nacionalismo, que, nas palavras de Adorno (2020, p. 5): “Devemos nos lembrar da notável situação que prevalece atualmente em relação ao problema do nacionalismo na era das grandes potências. Pois, [...] o nacionalismo vive como um órgão de grupos de interesse coletivo dentro dos grandes grupos em discussão”.

---

<sup>9</sup> Todas as traduções referentes ao livro *Aspectos do Novo Radicalismo de Direita*, de Theodor W. Adorno neste trabalho são próprias.

Porém, não se deve tirar a conclusão primitiva de que, por ser agora “obsoleto” (Adorno, p. 5), o nacionalismo não desempenha mais um papel significativo. Pelo contrário, é muito frequente que convicções e ideologias assumam seu caráter destrutivo justamente quando a situação objetiva as privou de substância. Adorno denominou o nacionalismo de libidinoso, como um aspecto de venda de algo para as pessoas em que elas próprias não acreditam inteiramente, o que já era evidente na época de Hitler. “Essa flutuação, essa ambivalência entre um nacionalismo exagerado e a dúvida sobre ele, tem que ser encoberta para que se possa convencer a si mesmo e aos outros” (Adorno, 2020, p. 6).

Adorno afirma que na Alemanha, em 1945, não houve verdadeira ruptura de identificação com o regime [nazista] como ocorreu na Itália [com o regime fascista]. A identificação com o sistema nunca foi radicalmente destruída na Alemanha, e é provavelmente uma das possibilidades que os grupos fascistas - ou radicais de direita - a que Adorno se refere possam retomar essa identificação. Ele alerta que é preciso entender como as condições possibilitam a emergência de novos radicais (Adorno, 2020). Assim, o fascismo pode ser observado em graus variados em todas as chamadas democracias do mundo, e nesse sentido, é possível referir aos movimentos fascistas como “as feridas, as cicatrizes de uma democracia que, até hoje, ainda não cumpriu seu próprio conceito” (Adorno, 2020, p. 7).

O que podemos perceber nos adeptos ao fascismo é uma má consciência, em que o apelo ao desejo inconsciente de desastre e de catástrofe transparece nesses movimentos. No entanto, esse comportamento não é motivado apenas psicologicamente, mas também tem uma base objetiva: “essa pessoa, do ponto de vista de sua própria situação social, anseia pelo fim do outro” (Adorno, 2020, p. 8). Os movimentos de extrema-direita carregam em si uma onda de manipulação e coerção, que não são exclusivamente motivados psicologicamente, mas que têm uma base objetiva. Segundo Adorno:

[...] o que caracteriza esses movimentos é uma extraordinária perfeição de certos métodos, antes de tudo métodos propagandísticos no sentido mais amplo, combinada com a cegueira, na verdade obscuridade, dos objetivos que perseguem. E penso que precisamente esta constelação de meios racionais e fins irracionais, se posso colocá-la de forma tão simplificada, em certo sentido corresponde à tendência geral da civilização, que leva a tal perfeição de técnicas e meios enquanto o propósito social geral cai no esquecimento (Adorno, 2020, p. 10).

Grupos que se definem quase automaticamente em oposição ao conservadorismo e à esquerda tendem ao extremismo de direita (Adorno, 2020). E, quanto ao fascismo, é interessante repararmos e também deve ser observado pelos cientistas sociais e políticos que, ao analisarmos esse fenômeno, perceberemos que apesar da grande catástrofe que foi a



Segunda Guerra Mundial, o fascismo persiste (Adorno, 2020). Ele ressurgiu: “seria errado se alguém imaginasse isso na Alemanha de hoje como uma forma de movimento de massa espontâneo. Mas certamente tal movimento pode se desenvolver se o potencial oferecido pelas condições objetivas for aproveitado e explorado em situações crescentes-alerta” (Adorno, 2020, p. 10). Os grupos extremistas se mantêm por meio de uma dinâmica que se manifesta repetidamente nestas situações.

E aqui entramos no cerne da questão: o potencial desses próprios movimentos. Eles se transformam em sistemas delirantes; os chamados movimentos de massa de natureza fascista têm uma conexão estrutural muito profunda com sistemas delirantes (Adorno, 2020). Um fator importante é o tipo antropológico que Adorno identificou em *A Personalidade Autoritária* como “o tipo manipulador, a exemplo de Eichmann - pessoas frias e estritamente tecnológicas em sua mentalidade, mas também insanas. E essa estranha unidade de sistema delirante e perfeição tecnológica evidencia estar em ascensão e mais uma vez desempenhando um papel decisivo nesses movimentos” (Adorno, 2020, p. 11). Também é importante considerarmos que há um traço da cultura reacionária que é muito latente nos movimentos extremistas de direita que é uma hipervigilância a respeito da ‘ameaça comunista’ (Adorno, 2020). Quanto à questão do comunismo, veremos mais adiante como se relaciona com a imagem que os antissemitas têm dos judeus.

Todas as expressões ideológicas do extremismo de direita são caracterizadas por um conflito constante entre não ter permissão para dizer algo e expressar aquilo que tem a intenção de levar o público ao ponto de ebulição. Este conflito não é apenas externo, pois a exigência de adaptação às regras democráticas também leva a uma certa mudança de comportamento: “os movimentos inclinados ao fascismo invocam constantemente a verdadeira democracia e acusam os outros de serem antidemocráticos” (Adorno, 2020, p. 15). A questão chave deste trabalho é entender que a unidade do extremismo de direita reside no apelo ao caráter ligado à autoridade, demonstrando que os verdadeiros sujeitos de um estudo que precisariam ser compreendidos e mudados são os extremistas de direita, e não aqueles contra quem eles mobilizam seus ódios: “trata-se de elementos de projeção” (Adorno, 2020, p. 21). Dessa forma, podemos observar que o extremismo de direita é tanto um problema social quanto político.

É com o entendimento desse contexto de extrema-direita que Adorno investiga os sujeitos nele inseridos: sujeitos inclinados a se submeter cegamente ao poder e à autoridade. Na pesquisa coletiva publicada como *Estudos sobre a Personalidade Autoritária* (1950),

Adorno, com a contribuição de outros intelectuais da época, constata que o problema dos ódios raciais, religiosos e das minorias pode ser enfrentado com sucesso pela propaganda da tolerância ou pela refutação apologética de erros e mentiras. A partir disso, a elucidação científica sincera e sistemática de um fenômeno de tão grande significado histórico pode contribuir diretamente para uma melhoria da atmosfera cultural em que o ódio se reproduz (Adorno, 1950).

O estudo coletivo sobre a personalidade autoritária tinha como ambição desvendar os elementos constituintes da personalidade de um tipo social: o indivíduo propenso ao autoritarismo. Theodor W. Adorno, Else Frenkel-Brunswik, Daniel J. Levinson e Nevitt Sanford (1950) tiveram como hipótese principal a de que as convicções econômicas, políticas e sociais de um indivíduo muitas vezes formam um padrão amplo e coerente, como se estivessem ligadas por uma mentalidade. E esse padrão é expressão de tendências profundas em sua personalidade. Portanto, “indivíduos potencialmente fascistas são aqueles cuja estrutura, cujo perfil, indica que eles rapidamente aderem ao fascismo” (Adorno *et al*, 1950, p. 1, tradução própria<sup>10</sup>). Os indivíduos que revelam suscetibilidade à propaganda fascista têm muito em comum, enquanto os sujeitos que estão na direção oposta ao fascismo geralmente são muito mais diversificados. As mesmas tendências ideológicas podem se apresentar em diferentes indivíduos, então, ao se examinar opiniões, atitudes e valores de numerosos indivíduos, é possível descobrir padrões comuns (Adorno *et al*, 1950).

Esta investigação sobre a natureza do indivíduo potencialmente fascista começou pela atenção dos autores ao antissemitismo. O antissemitismo se baseia mais amplamente em fatores subjetivos dos antissemitas do que em reais características dos judeus e quanto a isso, os determinantes de suas opiniões e atitudes devem ser procurados dentro das pessoas que as expressam. A questão posta foi saber por que é que certos indivíduos aceitam essas ideias enquanto outros não. Desse modo, supôs-se que o antissemitismo provavelmente não é um fenômeno específico ou isolado, mas parte de um quadro de referência ideológico mais amplo. E “a suscetibilidade do indivíduo a essa ideologia depende primariamente de suas necessidades psicológicas” (Adorno, *et al*, 1950, p. 2-3).

Adorno (1950) percebe no estudo sobre o potencial fascista, que os sujeitos analisados não se diziam abertamente fascistas, mas neles podia ser percebido um padrão comportamental coerente com a inclinação e a adesão ao fascismo. Isto é, eram sujeitos cujo

---

<sup>10</sup> Todas as traduções referentes ao livro *Estudos Sobre a Personalidade Autoritária*, de Theodor W. Adorno, Else Frenkel-Brunswik, Daniel J. Levinson e Nevitt Sanford neste trabalho são próprias.

perfil era capaz de indicar que eles aceitariam o fascismo (Adorno, *et al*, 1950). Opiniões, atitudes e valores são expressos mais ou menos abertamente em palavras, porém, quando se chega a questões muito carregadas de afeto, como as referentes às minorias e tópicos de política atual, o grau de abertura com o qual a pessoa fala dependerá da situação em que ela se encontra. Poderá haver uma discrepância entre o que ela diz em uma ocasião particular e o que ela “realmente pensa”. Portanto, “ter acesso a essas tendências profundas é importante, porque exatamente aí pode repousar o potencial do indivíduo para o pensamento e a ação democrática ou antidemocrática em situações cruciais” (Adorno, *et al*, 1950, p. 3-4).

Uma questão levantada pelos autores ao estudar a personalidade autoritária diz respeito à relação entre a ideologia e a ação. Pois se um indivíduo faz propaganda antidemocrática e se engaja em ataques abertos contra os membros de uma minoria, é assumido que suas opiniões, atitudes e valores são congruentes com sua ação. Mas, embora verbalmente o indivíduo expresse ideias antidemocráticas, isso não significa que ele as colocará necessariamente em ação. E aqui entramos na questão das potencialidades: “a ação aberta tanto quanto uma expressão verbal do mesmo tipo depende da situação existente, dentro de termos socioeconômicos e políticos” (Adorno, *et al*, 1950, p. 4-5).

[...] a prontidão ideológica guia o que o indivíduo diz em público com consistência; o que ele diz quando se sente a salvo de críticas; o que ele pensa, mas não dirá de modo algum; o que ele pensa, mas não admitirá sequer para si mesmo; o que ele está disposto a pensar ou fazer quando vários tipos de apelo forem feitos a ele” (Adorno, *et al*, 1950, p. 5).

O termo ‘ideologia’ é usado por Adorno para dar conta de uma organização de opiniões, atitudes e valores - um modo de pensamento do homem e da sociedade. Podemos falar de uma ideologia total do indivíduo ou de sua ideologia com relação a diferentes aspectos da vida social: economia, religião, grupos minoritários e assim por diante. Cabe ressaltar que as ideologias têm uma existência independente em relação a qualquer indivíduo; e aqueles que existem em uma determinada época são resultado ao mesmo tempo de processos históricos e eventos sociais contemporâneos. Essas ideologias têm diferentes graus de apelo para diferentes indivíduos, pois isso depende das necessidades individuais e do grau em que essas necessidades estão sendo satisfeitas ou frustradas (Adorno, *et al*, 1950).

Portanto, opiniões, atitudes e valores se baseiam em necessidades humanas, que, ao serem analisadas, poderão identificar padrões comuns. Haja vista que a personalidade é essencialmente uma organização de necessidades, ela pode ser considerada um determinante das preferências ideológicas. A personalidade se desenvolve sob o impacto do meio social e

jamais pode ser isolada da totalidade social dentro da qual esse processo ocorre: ela é o que repousa atrás do comportamento e dentro do indivíduo (Adorno, *et al*, 1950). De acordo com esta teoria, os efeitos dos fatores ambientais na construção da personalidade são, em geral, mais profundos quanto mais cedo eles se fazem presentes na história de vida do indivíduo. Sobre a visão a respeito da personalidade:

Para dar conta teoricamente da estrutura da personalidade nós nos baseamos muito em Freud, enquanto no tocante à formulação mais ou menos sistemática dos aspectos mais observáveis e mensuráveis da personalidade fomos guiados sobretudo pela psicologia acadêmica. As forças da personalidade são antes de mais nada necessidades (instintos, desejos, impulsos emocionais) que variam de um indivíduo para outro em quantidade, intensidade, modo de gratificação e objetos de fixação. Além disso, elas interagem umas com as outras de acordo com padrões harmoniosos ou conflitantes. Existem necessidades emocionais primitivas; existem necessidades para evitar punição e para manter a boa vontade do grupo social; e existem necessidades para manter a harmonia e integração dentro do eu (Adorno, *et al*, 1950, p. 8-9).

Dessa forma, a hostilidade contra grupos se baseia numa frustração real, que, por sua vez, configura o preconceito. Cabe reparar que as pessoas fascistas - ou inclinadas ao fascismo “têm uma aceitação totalmente acrítica de um determinado grupo pelo qual estigmatizam e hostilizam, e mais ainda, geralmente não têm sequer contato ou experiência com os membros desse grupo” (Adorno, *et al*, 1950, p. 9, tradução própria). Outro aspecto da situação do indivíduo que podemos esperar que afete sua receptividade ideológica é sua participação em grupos sociais - ocupacionais, fraternos, religiosos e semelhantes.

Por razões históricas e sociológicas, tais grupos favorecem e promulgam, oficial ou extraoficialmente, diferentes padrões de ideias. Há razões para acreditar que os indivíduos, devido às suas necessidades de conformar-se, pertencer e acreditar e por meio de artifícios como a imitação e o condicionamento, muitas vezes assumem, de forma mais ou menos pronta, as opiniões, atitudes e valores que são característicos da sociedade ou grupos dos quais fazem parte. Na medida em que as ideias que prevalecem em tal grupo são implícitas ou explicitamente antidemocráticas, pode-se esperar que o membro individual do grupo seja receptivo à propaganda com a mesma direção geral (Adorno, *et al*, 1950, p. 9).

A correlação entre pertença a um grupo e ideologia se deve a diferentes tipos de determinação em diferentes indivíduos. Em alguns casos, pode ser que o indivíduo apenas repita opiniões que são dadas como certas em seu meio social e que ele não tem motivos para questionar; em outros casos, pode ser que o indivíduo tenha optado por ingressar em determinado grupo porque este representava ideais pelos quais ele já simpatizava. Na sociedade moderna, é raro que uma pessoa seja submetida a apenas um padrão de ideias, depois de ter idade suficiente para que as ideias tenham algum significado para ela. Alguma

seleção é geralmente feita de acordo com as necessidades de sua personalidade (Adorno, *et al*, 1950).

Nessa perspectiva, para o fascismo ter sucesso como movimento político, deve ter uma base de massa. Ele deve garantir não apenas a submissão assustada, mas a cooperação ativa da grande maioria - uma vez que, por sua própria natureza, favorece poucos em detrimento de muitos, não é possível demonstrar que melhorará a situação da maioria das pessoas de modo que seus interesses reais sejam atendidos. Deve, portanto, “fazer seu apelo principal, não ao interesse próprio racional, mas às necessidades emocionais - muitas vezes aos desejos e medos mais primitivos e irracionais” (Adorno, *et al*, 1950, p. 10). Enquanto base de massa, é interessante observar que muitas pessoas não aderem aos movimentos fascistas somente por motivações próprias, mas também devido a uma certa identificação grupal, como se o seu ponto de vista fosse mais orientado pela necessidade de apoiar determinado grupo do que pela consideração racional de seus próprios interesses (Adorno, *et al*, 1950).

A personalidade designa um potencial: é a prontidão para a conduta antes que a própria conduta. É dizer que a personalidade autoritária, neste caso, é tida como um traço de caráter sempre latente em determinados indivíduos; e a conduta a ser tomada dependerá da situação objetiva posta (Adorno, *et al*, 1950). Em vista disso, a preocupação com as tendências antidemocráticas e a delimitação das condições para expressão individual requer um entendimento geral da organização da sociedade. É fato que pela maneira como as pessoas julgam o mundo social, podemos perceber as tendências irracionais que se sobressaem. Desse modo, experiências de frustração ou de rechaço contra judeus expressam a possibilidade que o preconceito tem de se generalizar (Adorno, *et al*, 1950). Um sujeito que é hostil contra uma minoria - neste caso os judeus - muito provavelmente será hostil contra outras minorias.

E, nesse sentido, o conhecimento da natureza e extensão do potencial antidemocrático indicará os programas para a ação democrática. Porém, esses programas não deveriam se limitar aos meios para manipular as pessoas a se comportarem mais democraticamente. Deveriam se dedicar a aumentar o tipo de autoconsciência que impossibilita qualquer tipo de manipulação (Adorno, *et al*, 1950). O sistema racional de um sujeito consciente não é separável de sua personalidade: esse sistema também é motivado. Nenhuma tendência político-social impõe uma ameaça maior a nossos valores e instituições do que o fascismo. Portanto, o conhecimento das forças subjetivas que favorecem a sua aceitação revela como combatê-las.

Dentro deste quadro, Daniel J. Levinson (1950) frisa que o antissemitismo fornece um ponto de partida frutífero para um estudo psicológico social, por se tratar de um preconceito. Como movimento social, tanto o antissemitismo organizado quanto o fascismo representam uma grande ameaça à democracia: as fontes psicológicas mais profundas dessas ideologias são semelhantes. O caráter irracional do antissemitismo se destaca no cotidiano, “o fato de as pessoas fazerem afirmações genéricas sobre “o judeu”, quando, na verdade, os judeus são tão heterogêneos é uma evidência dessa irracionalidade” (Levinson, 1950, p. 57). Assim, o que as pessoas dizem contra os judeus depende mais de suas próprias crenças do que das características reais dos judeus; algo em linha com o que Adorno demonstra - para entendermos o antissemitismo precisamos entender o antissemita e não o judeu. Portanto, “o estudo do antissemitismo pode ser o primeiro passo na busca de tendências antidemocráticas na ideologia, na personalidade e nos movimentos sociais” (Levinson, 1950, p. 58).

O antissemitismo é concebido aqui como uma ideologia, um sistema relativamente organizado e estável de opiniões, valores e atitudes em relação aos judeus, especificamente de caráter negativo em relação a este grupo. As opiniões giram em torno da crença de que os judeus são desonestos, pertencem a um clã, buscam o poder; e as atitudes hostis em relação a eles são de exclusão, de restrição e de subordinação em relação a não-judeus. Neste contexto, valores morais permeiam as opiniões e justificam essas atitudes (Levinson, 1950). O estudo de Levinson, no qual este desenvolveu uma escala que mede o grau de antissemitismo expresso na sociedade alemã entre as décadas de 1930 e 1950, nos revela que há alguns tipos de subescalas que lidam respectivamente com: 1- o imaginário (opiniões) sobre os judeus enquanto seres ofensivos e socialmente ameaçadores; 2- com atitudes relativas ao que deveria ser feito a ou contra os judeus; e 3- com as visões opostas de que os judeus são muito reclusos ou intrusivos (Levinson, 1950).

Cada subescala lida com uma fase definida e definível do antissemitismo, e são: a ofensiva, a ameaçadora e a de atitudes. Dessa forma, a ofensiva contempla a estereotipia em relação aos judeus de seus traços judaicos que aqui são considerados ofensivos e desagradáveis para os não-judeus; e afirma que “os judeus são muito parecidos e que indica uma imagem dos judeus como um modelo estereotipado de todo o grupo” (Levinson, 1950, p. 62). A subescala ameaçadora descreve os judeus como um grupo social perigoso, dominador e corruptor: “além de serem simultaneamente ricos e pobres, poderosos e parasitas, são também ao mesmo tempo capitalistas e revolucionários. Na sua falta de patriotismo, são uma ameaça para a nação e, em geral, são uma ameaça para a civilização” (Levinson, 1950, p. 63).

A subescala de atitudes inclui todas as atitudes consideradas negativas ou hostis aos judeus como grupo, que representam vários graus de discriminação: desde a evitação, até a repressão e o ataque, com ações intermediárias de exclusão e segregação. “Tais atitudes se encontravam nas áreas de emprego, residência (bairros, prédios de apartamentos, hotéis), educação e profissões, casamento, organizações sociais, política, nação” (Levinson, 1950, p. 64). E quanto às visões de que os judeus são reclusos ou intrusivos, elas se apoiam na crença comum de que a causa do antissemitismo é porque “os judeus são diferentes” (Levinson, 1950, p. 65) e que para isso, a assimilação serviria de solução a essa problemática.

Essa escala desenvolvida teve o objetivo de medir a prontidão do indivíduo para apoiar ou opor-se à ideologia antissemita. A ideologia antissemita, nesse viés, consiste em opiniões negativas estereotipadas que descrevem os judeus como ameaçadores, imorais e categoricamente diferentes dos não-judeus, e em atitudes hostis que incitam várias formas de restrição, exclusão e repressão como um meio de resolver “o problema judaico” (Levinson, 1950, p. 71). O antissemitismo é concebido, então, como uma forma geral de pensar sobre os judeus e as relações entre judeus e não-judeus. Uma vez criadas as ideias centrais - e estereotipadas - a respeito dos judeus, elas tendem a atrair outras opiniões e atitudes, formando assim, um sistema ideológico (Levinson, 1950).

A noção de antissemitismo como forma de preconceito “racial” parece se basear na ideia de que as principais acusações contra os judeus envolvem seus traços (concebidos como defeitos) “herdados racialmente”. Outra visão comum, de que o antissemitismo é uma forma de preconceito “religioso”, baseia-se na suposição explícita ou implícita de que as diferenças religiosas e, portanto, as acusações por motivos religiosos, são as questões centrais do antissemitismo. Uma terceira visão “específica” é que o antissemitismo se baseia principalmente em distorções de fatos que alguns indivíduos erroneamente aceitaram como verdadeiros; por exemplo, que os judeus são extraordinariamente ricos, desonestos, radicais e assim por diante. Esta última teoria levou a inúmeras tentativas de combater o antissemitismo apresentando os “fatos verdadeiros” - tentativas que se distinguem por sua falta de sucesso. O que esta teoria tem negligenciado é a receptividade de muitos indivíduos a qualquer imagem hostil dos judeus, e a resistência emocional desses indivíduos a uma forma de pensar menos hostil e menos estereotipada (Levinson, 1950, p. 93).

A raça, conforme entendida por Adorno e Max Horkheimer, em *Dialética do Esclarecimento* (1994), é a autoafirmação do indivíduo burguês integrado à coletividade. Os judeus liberais, que professaram a harmonia da sociedade, acabaram tendo que sofrê-la em sua própria carne como a harmonia da comunidade étnica. Eles achavam que era o antissemitismo que vinha desfigurar a ordem, quando, na verdade, é a ordem que não pode viver sem a desfiguração dos homens. “A perseguição dos judeus, como a perseguição em geral, não se pode separar de semelhante ordem. Sua essência, por mais que se esconda às vezes, é a violência que se manifesta” (Adorno; Horkheimer, 1994, p. 80-81). Para os

antisemitas, os judeus são tidos como uma anti-raça, são desprovidos de características nacionais e que formam exclusivamente um grupo religioso. Os judeus foram estigmatizados sendo considerados como o mal absoluto (Adorno; Horkheimer, 1994).

O entrelaçamento dialético do esclarecimento e da dominação, a dupla relação do progresso com a crueldade e a liberação, que os judeus tiveram que provar nos grandes esclarecedores bem como nos movimentos populares democráticos, mostra-se no ser dos próprios assimilados. O autodomínio esclarecido com que os judeus adaptados superaram inteiramente as lembranças penosas da dominação imposta por outros (por assim dizer, a segunda circuncisão) tirou-os de sua comunidade destruída e os jogou sem mais na burguesia moderna, que já avançava para a recaída na simples repressão, ou seja, para sua reorganização como raça pura. A raça não é imediatamente, como querem os racistas, uma característica natural particular. Ela é, antes, a redução ao natural, à pura violência, a particularidade obstinada que, no existente, é justamente o universal (Adorno; Horkheimer, 1994, p. 81).

O antissemitismo é um esquema arraigado em que a figura do espírito social e individual que se manifesta no antissemitismo, isto é, o enredamento histórico ao qual fica preso, permanece em obscuridade (Adorno; Horkheimer, 1994). O antissemitismo se manifestou através dos pogroms<sup>11</sup> - os verdadeiros assassinatos rituais. Essa cegueira do antissemitismo, por assim dizer, a sua falta de objetivo, confere uma certa verdade à justificação de que ele seja uma válvula de escape, e aqui, as vítimas da vez são aquelas conforme a conjuntura temporal e social posta (judeus, protestantes, católicos). E nesse sentido, a crença no fantasma da conspiração em relação aos judeus enquanto comunistas e revolucionários se faz forte no imaginário antissemita (Adorno; Horkheimer, 1994). Além de claro, construir [os antissemitas] uma ideologia justificável em nome da salvação da família, da pátria e da humanidade para apontarem para o judeu como bode expiatório.

O antissemitismo racista do século XX é mais do que a intolerância religiosa em relação ao judaísmo: se trata do pretexto da pureza da raça e da nação. “É muito improvável que a hostilidade religiosa que, durante dois milênios, impeliu a perseguição dos judeus tenha se extinguido inteiramente” (Adorno; Horkheimer, 1994, p. 83-84). A devastação dos cemitérios não foi um excesso de antissemitismo, mas o próprio antissemitismo (Adorno; Horkheimer, 1994). A energia psíquica mobilizada pelo antissemitismo político é uma idiosincrasia racionalizada e defendida, na qual, o esquema da reação antissemita está posto de tal forma que, para celebrar o instante da liberação autoritária do proibido, os antissemitas se reúnem.

---

11 Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/pogroms-abridged-article#:~:text=Pogrom%20%C3%A9%20uma%20palavra%20russe,na%20%C3%A1rea%20do%20Imp%C3%A9rio%20Russo>>. Acesso em: 02/12/2023



Esse esquema os transforma numa coletividade, e constitui a comunidade da espécie - quanto mais medonhas as acusações e as ameaças, quanto maior a fúria, mais compulsório o escárnio. “O sentido das fórmulas fascistas, da disciplina ritual, dos uniformes e de todo o aparato pretensamente irracional é possibilitar o comportamento mimético” (Adorno; Horkheimer, 1994, p. 87). Com isso, reparamos nos símbolos engenhosamente pensados e utilizados, próprios a esse movimento contra-revolucionário: os uniformes, a marcha, as bandeiras, a saudação, a repetição de palavras, os gestos, o carisma histórico, esse conjunto de símbolos toca, influencia e convence as pessoas (Adorno; Horkheimer, 1994). O antissemitismo no apogeu da Segunda Guerra Mundial se fez valer da acusação (judeus enquanto sanguinários, conspiradores internacionais, culpados pela crise econômica), da difamação e da dominação através de uma progressiva alienação coletiva.

E aqui temos algo central no pensamento de Adorno e Horkheimer a respeito do antissemitismo: o fascismo, com seu mecanismo totalitário, é um sistema delirante e neurótico, e o patológico no antissemitismo é a ausência de reflexão que o caracteriza. O sujeito antissemita perde a capacidade de refletir, tanto sobre o objeto de seu ódio - neste caso o judeu - quanto sobre si mesmo, perdendo, assim, a capacidade também de diferenciar. Ao invés de se guiar pela consciência moral, considerando a lei social, ele se guia pela cobiça por poder (Adorno; Horkheimer, 1994). Apoiando-se na Psicanálise, os autores constatam sobre a falsa projeção:

Segundo a teoria psicanalítica, a projeção patológica consiste substancialmente na transferência para o objeto dos impulsos socialmente condenados do sujeito. Sob a pressão do superego, o ego projeta no mundo exterior, como intenções más, os impulsos agressivos que provêm do id e que, por causa de sua força, constituem uma ameaça para ele próprio. Deste modo, consegue livrar-se deles como uma reação a esse mundo exterior, seja imaginariamente pela identificação com o pretense vilão, seja na realidade sob o pretexto de uma legítima defesa. [...] na paranóia, esse ódio impele a um desejo de castração, sob a forma de uma ânsia de destruição generalizada. [...] Como o pensamento patológico, o pensamento objetivador contém a arbitrariedade do fim subjetivo que é estranho à coisa; ele esquece a coisa e, por isso mesmo, inflige-lhe a violência a que depois é, mais uma vez, submetida na prática. O realismo incondicional da humanidade, que culmina no fascismo, é um caso especial do delírio paranóico, que despovo a natureza e, ao fim e ao cabo, os próprios povos (Adorno; Horkheimer, 1994, p. 91).

A consciência moral está liquidada no fascismo, e no contexto do antissemitismo, a consciência moral perde seu objetivo porque a responsabilidade do indivíduo por si mesmo e pelos outros é substituída pela noção de sua contribuição ao sistema totalitário, mesmo que implique uma imoralidade - todo o absurdo que levou curso ao longo das décadas de 1930 e 1940. Ou seja, ao invés dos antissemitas interiorizarem o imperativo social, eles se abrem a

uma identificação pronta e imediata com a narrativa de valores estereotipados. “Os judeus são os alvos predestinados dessa projeção” (Adorno, Horkheimer, 1994, p. 93-94). A mentalidade antissemita aderiu ao ‘ticket fascista’; e quando as massas aceitam o ‘ticket’ reacionário contendo o elemento do antissemitismo, elas obedecem a mecanismos sociais nos quais as experiências brutais com os judeus não tem a menor importância (Adorno; Horkheimer, 1994).

O percebido não se encontra mais presente no processo da percepção. “Ele não mobiliza mais a passividade ativa do conhecimento, na qual os elementos categoriais se deixam modelar da maneira adequada pelo “dado” convencionalmente pré formado, e este por aqueles, de tal modo que se faça justiça ao objeto percebido” (Adorno; Horkheimer, 1994, p. 95). A falta de consideração do antissemita pelo sujeito torna as coisas fáceis para a administração: transferem-se grupos étnicos para outros lugares, enviam-se indivíduos rotulados de judeus para as câmaras de gás. Frente a isso, interessa destacar que é por meio do trabalho do pensamento, consciente de si mesmo, isto é, do esclarecimento, que será possível escapar desse poder alucinatório (Adorno; Horkheimer, 1994). Inclusive a isto, podemos adicionar a questão da evolução da técnica e da ciência durante a Segunda Guerra Mundial, evolução essa que colaborou com meios atrozes de extermínio usados pelos nazistas, permitindo seu uso com sofisticação, porém, sem a devida racionalidade moral.

Antes disso, em 1930, Walter Benjamin (1986) publicou o artigo *Teorias do Fascismo Alemão* em que critica uma publicação chamada “L’automobile c’est la guerre”, de Léon Daudet, por relatar a nostalgia de guerras de oficiais alemães da Primeira Guerra Mundial. O fenômeno e experiência da guerra, segundo Benjamin, dita o destino de países e povos e, nesse sentido, o fato de sujeitos admirarem tal fenômeno indica uma consciência má formada: “a obtusidade com que falam em guerras futuras, sem noção do que estão falando, prova a falta de assimilação, pela sua experiência, de uma realidade a qual chamam de “real de alcance mundial”, com estranhíssima exaltação” (Benjamin, 1986, p. 131). Tanto Benjamin quanto Adorno observam que a propaganda nazista e o seu poder de manipulação se relacionam a elementos míticos. O fascismo fomentou a liberação do ódio pelas massas, de modo que “a nação dos fascistas se constitui ao lado do antigo mistério da natureza, num novo mistério econômico o qual, longe de iluminar-se com a luz da técnica, ostenta agora seus traços mais ameaçadores. [...] a diagonal é a guerra” (Benjamin, 1986, p. 136).

Em diálogo com Adorno e Horkheimer, Benjamin adentra a questão da técnica ao criticar a ideia de que toda guerra futura é uma insurreição de escravos por parte da técnica

(Benjamin, 1986). Em “A Estética da Guerra”, Benjamin (1955) compreende que os movimentos de massa e a guerra constituem uma forma do comportamento humano especialmente adaptada ao sistema. A guerra permite dar um sentido aos grandes movimentos de massa, preservando as relações de produção existentes. Do ponto de vista técnico, somente a guerra permite mobilizar em sua totalidade os meios técnicos do contexto atual, preservando as atuais relações de produção. A guerra é, portanto, uma revolta da técnica, e sua auto alienação atingiu o ponto que lhe permite viver sua própria destruição como um prazer estético. Esta é a estetização da política: como a prática do fascismo (Benjamin, 1955).

Nessa perspectiva, cabe acrescentar uma passagem de Adorno (2000) em sua segunda aula de *Introdução à Sociologia*, na qual ele sublinha que, depois de Auschwitz, o nosso interesse deve ser em fazer com que isso nunca mais volte a acontecer - ou, onde e quando ocorrer, deva ser interrompido. Esse interesse precisa determinar nossa escolha de métodos epistemológicos e nossa escolha de assuntos a serem estudados, mesmo que pareçam ser epifenômenos sociais. “Quando mais de seis milhões de pessoas são assassinadas por uma motivação delirante a dimensão de horror atribuída a tal evento lhe confere uma importância que justifica a exigência pragmática de que o conhecimento seja priorizado com o objetivo de prevenir tais eventos” (Adorno, 2000, p. 76-77, tradução própria).

Sociologia (Adorno, 2000) é uma visão crítica da natureza essencial da sociedade, que mede o que é a sociedade, pelo que a sociedade pretende ser. Assim, visa detectar nessa contradição o potencial, as possibilidades de mudar toda a constituição da sociedade. Em sua quarta aula de introdução à sociologia, Adorno (2000) ressalta que a História tem uma importância central para a Sociologia por ser constitutiva do conhecimento social, e por naturalmente contextualizar a sociedade. E na sexta aula, Adorno (2000) questiona se a crescente integração da sociedade é acompanhada por tendências paralelas à desintegração. Essa desintegração social resulta do fato de que os diferentes processos sociais se opõem cada vez mais e isso se revela em situações extremas da sociedade burguesa tardia, como o fascismo (Adorno, 2000).

Claramente, o potencial de esclarecimento, de maturidade intelectual, a possibilidade de tomar consciência dos processos sociais em vez de simplesmente aceitá-los sem reflexão, aumentou tanto que os argumentos retrógrados e restauradores não são mais suficientes, e o que ficou para trás pode justificar em si apenas pretendendo ser o mais avançado (Adorno, 2000, p. 131, tradução própria).

## 4 CONCLUSÃO

Diante do quadro exposto neste trabalho, foi com o estabelecimento do regime autoritário no Estado Novo e o crescimento de ideias nacionalistas que o antissemitismo no Brasil passou a ter solo favorável para se manifestar. Como tratamos de demonstrar, os aspectos do novo radicalismo de direita refletem um caráter autoritário, respaldados por uma base fascista. Como Adorno sublinhou, o antissemitismo é carregado por um traço de caráter autoritário e fascista sempre latente. É um fenômeno específico, uma discriminação específica que gera efeitos concretos e mobiliza pessoas contra determinadas identidades, e neste caso, a uma população estigmatizada específica - a judaica.

Em paralelo, os grupos neonazistas consistem em pessoas se juntando e se mobilizando para criar um capítulo, um propósito de mobilização tanto regional e nacional, quanto internacionalmente. O Brasil se encontra numa situação específica: nos últimos sete anos a extrema-direita brasileira passou a aderir esse discurso fascista mais abertamente. A curva ascendente que suscitou o presente trabalho a pesquisar o antissemitismo no Brasil começa em 2016, quando pessoas passam a manifestar com mais frequência símbolos nazistas e antissemitas na esfera pública, e inclusive muitos desses símbolos por meio de ataques mais graves. Portanto, conforme os relatórios do Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil (OJDHB) comprovam, podemos perceber o crescimento de um projeto de caráter fascista em paralelo à escalada dos episódios e manifestações neonazistas e antissemitas.

Como a bibliografia demonstra, este quadro é especificamente direcionado a uma tendência neonazista formatada contra populações minoritárias, a exemplo da população judaica e alvos preferenciais, por assim dizer, da extrema-direita. Nesse sentido, judeus configuram um grupo ameaçado por essa vertente ideológica, mas não exclusivamente nem sistematicamente. Segundo o Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil (2022), o crescimento dos eventos antissemitas e neonazistas no Brasil sinaliza que outros grupos étnicos e raciais também são afetados, e que historicamente sofrem racismo estrutural. Desse modo, se na Alemanha Nazista o alvo principal foram os judeus, no Brasil, as vítimas são os povos indígenas e afrodescendentes. O antissemitismo está muito naturalizado no nível do discurso e nos últimos anos tem crescido de forma mais abrangente se associando a outras discriminações, como o ódio à população LGBTQIA+ e aos nordestinos.

Demonstramos, então, que o radicalismo de direita tem um projeto político de exclusão e tradicionalismo, e que os grupos neonazistas/antissemitas expressam um autoritarismo que é classificado na escala de personalidade. Analisamos também que esses movimentos relacionados à extrema-direita fazem uso de novos discursos de ódio, símbolos e práticas, assim como novos métodos e recursos, a exemplo das redes sociais para atingir as massas. O recrudescimento do antissemitismo na contemporaneidade é um fenômeno problemático, há um perigo iminente que pode ser causado para a sociedade brasileira e uma das tarefas da sociologia crítica seria refletir e questionar a persistência desse tipo de fenômeno discriminatório na atualidade.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Aspects of the New Right-Wing Extremism**. Polity Press, 2020.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.
- ADORNO, Theodor W. **Introduction to Sociology**. Stanford University Press: 2000.
- ADORNO, Theodor W.; FRENKEL-BRUNSWIK, Else; LEVINSON, Daniel J.; SANFORD, Nevitt. **The Authoritarian Personality**. New York: WW Norton & Company, 1950.
- BENJAMIN, Walter. **Documentos de cultura. documentos de barbárie: escritos escolhidos** / seleção e apresentação Willi Bolle; tradução Celeste H.M. Ribeiro de Sousa et al - São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Rompendo o Silêncio: a historiografia sobre o antissemitismo no Brasil**. *Cadernos de História*, v. 13, n. ja/ju 2012, p. 79-97, 2012.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. 1988. **O Anti-Semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Veneno da Serpente: reflexões sobre o anti-semitismo no Brasil**. Editora Perspectiva, 2003.
- CHIAVENATO, Júlio J. **O Inimigo Eleito: os judeus, o poder e o anti-semitismo**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
- CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **Enciclopédia do Integralismo: o dogma do sigma** / Rodrigo Christofolletti. – Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2021.
- DIAS, Adriana. **Neonazismo Hoje: a cena brasileira e suas linhagens**. In: *Antissemitismo, uma obsessão: argumentos e narrativas / organização Eliane Pszczol, Heliete Vaitsman*. 1. ed. Rio de Janeiro: Numa Editora, 2020.
- DIAS, Adriana. **Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP: Campinas, São Paulo. 366 p. 2018.
- DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **Os anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na internet**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 329p. 2007.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical? O partido nazista no Brasil**. Tese (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação, Universidade de São Paulo. 301 p. 2007.

DIETRICH, Ana Maria. **Narrativas Orais da Juventude Hitlerista e Neonazista no Brasil: breve análise comparativa**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

GERTZ, René E. **Guerra Contra Cidadãos**. Fronteiras: Revista Catarinense de História. Florianópolis, n. 13, pp. 43-63, 2005.

GERTZ, René E. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René E. **O perigo alemão** / René E. Gertz. - 2.ed. - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

GERTZ, René E. **Verdades e dúvidas em relação a nazismo e neonazismo no Brasil**. In: MONSMA, Karl. Passado e presente de imigrantes alemães e descendentes no Brasil: historiografia, representações, atividades econômicas, participação política, religião e identidades. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2022.

HORKHEIMER, Max. **“Preface”** In: ADORNO, FRENKEL-BRUNSWIK, LEVINSON & SANFORD. The Authoritarian Personality, Harper & Brothers, Copyright American Jewish Committee, 1950.

LEVINSON, Daniel J. **“The Study of Anti-Semitic Ideology”**. In: ADORNO, FRENKEL-BRUNSWIK, LEVINSON & SANFORD. The Authoritarian Personality, Harper & Brothers, Copyright American Jewish Committee, 1950.

OBSERVATÓRIO JUDAICO DOS DIREITOS HUMANOS DO BRASIL. **Relatório de Eventos Antissemitas e Correlatos no Brasil: 01/01/2019 a 30/06/2022**. 2022.

OBSERVATÓRIO JUDAICO DOS DIREITOS HUMANOS DO BRASIL. **Relatório de Eventos Antissemitas e Correlatos no Brasil: 01/07/2022 a 31/12/2022**. 2022.

RIBERTI, Larissa J. **Os neofascismos no Brasil e na América Latina: um diálogo com Odilon Caldeira Neto**. Esboços, Florianópolis, v.29, n.52, p.681-692, set./dez., 2022.

SEYFERTH, Giralda. **Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização**. In: MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. Raça, ciência e sociedade [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, 252 p.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e Identidade Étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SEYFERTH, Giralda. **Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo**. In: REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

## ANEXOS

- 1- Agência Senado: **Ataques em escolas estão ligados ao neonazismo, dizem especialistas.** 05/05/2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/05/05/ataques-em-escolas-estao-ligados-ao-neonazismo-dizem-especialistas>
- 2- Agência Senado: **Confundida com liberdade de expressão, apologia ao nazismo cresce no Brasil desde 2019.** Por Ricardo Westin. 13/08/2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/08/confundida-com-liberdade-de-expressao-apologia-ao-nazismo-cresce-no-brasil-a-partir-de-2019>
- 3- Brasil de Fato: **Há uma onda neonazista no Brasil? Entenda o que dizem os números e especialistas no tema.** Por Paulo Motoryn. 27/01/2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/27/ha-uma-onda-neonazista-no-brasil-entenda-o-que-dizem-os-numeros-e-especialistas-no-tema>
- 4- Brasil de Fato: **Vínculo de Bolsonaro com neonazismo é claro e concreto, diz professora que achou carta em site.** Por Isadora Pacello. 17/08/2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/17/vinculo-de-bolsonaro-com-neonazismo-e-claro-e-concreto-diz-professora-que-achou-carta-em-site>
- 5- Carta Campinas: **Pesquisadora de Campinas descobre prova que mostra relação de Bolsonaro com nazistas.** 28/07/2021. Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/2021/07/pesquisadora-de-campinas-descobre-prova-que-mostra-relacao-de-bolsonaro-com-nazistas/>
- 6- Carta Capital: **Morre Adriana Dias, pesquisadora que descobriu carta de Bolsonaro a neonazistas.** 29/01/2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/morre-adriana-dias-pesquisadora-que-descobriu-carta-de-bolsonaro-a-neonazistas/>
- 7- Catarinas: **11 casos que ligam Bolsonaro à ideologia nazista.** Por Daniela Valenga. Disponível em: <https://catarinas.info/web-stories/11casos-que-ligam-bolsonaro-a-ideologia-nazista/>
- 8- Catarinas: **O nazismo à brasileira de ontem e de hoje.** Por Marlene de Fáveri. 13/02/2022. Disponível em: <https://catarinas.info/colunas/o-nazismo-a-brasileira-de-ontem-e-de-hoje/>
- 9- Catarinas: **Historiador explica por que Santa Catarina tem tantos grupos neonazistas.** Por Fernanda Pessoa. 05/05/2023. Disponível em: <https://catarinas.info/historiador-explica-por-que-santa-catarina-tem-tantos-grupos-neonazistas/>
- 10- Conib (Confederação brasileira do Brasil): **“O nazismo é de extrema-direita”.** Por Michel Gherman. Blog Guga Chacra. 18/08/2017. Disponível em:



<https://www.conib.org.br/noticias/todas-as-noticias/o-nazismo-e-de-extrema-direita-por-michel-gherman-no-blog-de-guga-chacra.html>

- 11- Estado de Minas: **Intelectuais judeus acusam governo Bolsonaro de nazismo e fascismo.** 31/05/2021. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/05/31/interna\\_politica,1271936/intelectuais-judeus-acusam-governo-bolsonaro-de-nazismo-e-fascismo.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/05/31/interna_politica,1271936/intelectuais-judeus-acusam-governo-bolsonaro-de-nazismo-e-fascismo.shtml)
- 12- Extraclasse: **Polícia Federal investiga atividade de neonazistas relacionadas a ataques em escolas.** Por Redação. 06/04/2023. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/justica/2023/04/policia-federal-investiga-atividades-de-neonazistas-relacionadas-a-ataques-em-escolas/>
- 13- G1 Globo: **Investigação aponta conexões de neonazistas brasileiros com organização internacional de supremacia branca.** Por Fantástico. 02/04/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/04/02/investigacao-aponta-conexoes-de-neonazistas-brasileiros-com-organizacao-internacional-de-supremacia-branca.ghtml>
- 14- Instituto Humanitas Unisinos: **O que a extrema-direita produz para o mundo é uma nova utopia.** Por Patricia Fachin. 22/11/2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/624125-o-que-a-extrema-direita-produz-para-o-mundo-e-uma-nova-utopia-entrevista-especial-com-michel-gherman>
- 15- Jornalistas Livres: **Bolsonaro e o nazismo; não é fake!** 09/10/2022. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/bolsonaro-e-o-nazismo/>
- 16- Jota: Michel Gherman: **‘É preciso punir Bolsonaro e seus cúmplices’.** Por Guilherme Magalhães. 18/11/2022. Disponível em: <https://www.jota.info/eleicoes/michel-gherman-e-preciso-punir-bolsonaro-e-seus-cumplices-18112022>
- 17- Klein, M., & Gherman, M. (2021). From beacon to siren: the transformation of Brazil from racial utopia to racist/antisemitic dystopia. *Revista Videre*, 13(28). 13/12/2021. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/videre.v13i28.15413>
- 18- Notícias Uol: **‘Deus, pátria, família’: de onde veio o lema fascista usado por Bolsonaro?** Por Gabriel Dias. 29/08/2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/29/deus-patria-familia-lema-dbolsonaro-tem-origem-fascista-entenda.htm>
- 19- Outras Palavras: **Walter Benjamin: anatomia do horror presente.** Por Eduardo Rebuá. 27/09/2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/estadoemdisputa/walter-benjamin-anatomia-do-horror-presente/>
- 20- Poder 360: **MP investiga bolsonaristas por “saudação nazista” em SC.** 02/11/2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/mp-investiga-bolsonaristas-por-saudacao-nazista-em-sc/>

- 21- Revista Continente: **“Aos que produzem a negação do outro, é preciso punir”**. Por Luciana Veras. 27/04/2023. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/secoes/entrevista/-aos-que-produzem-a-negacao-do-outro--e-preciso-punir->
- 22- Revista Fórum: **Estado de Santa Catarina agora é governado por filha de admirador de Hitler**. Por Ivan Longo. 27/10/2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2020/10/27/estado-de-santa-catarina-agora-governado-por-filha-de-admirador-de-hitler-84808.html>
- 23- Revista Piauí: **As novas caras do neonazismo no Brasil**. Por Felipe Poroger e Pedro Beresin. 23/06/2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/as-novas-caras-do-neonazismo-no-brasil/>
- 24- Revista Piauí: **Brasil vive epidemia de neonazismo**. Por Michel Gherman e Anita Efraim. 30/11/2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/brasil-vive-epidemia-de-neonazismo/>
- 25- Revista Rosa: **Não-judeus judeus: a direita bolsonarista e os novos conversos**. Por Michel Gherman. Disponível em: <https://revistarosa.com/2/nao-judeus-judeus>
- 26- Revista Veja: **Com extrema-direita em alta, Brasil perde sua maior ‘caçadora de nazistas’**. Por Victora Bechara. 30/01/2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/com-extrema-direita-em-alta-brasil-perde-sua-maior-cacadora-de-nazistas>
- 27- Revista Veja: **Quatro fatores que explicam o avanço do neonazismo no Brasil**. Por Victoria Bechara. 28/11/2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/quatro-fatores-que-explicam-o-avanco-do-neonazismo-no-brasil>
- 28- Santiago, H. (2020). **Adorno, Auschwitz e a esperança na educação**. Cadernos De Ética E Filosofia Política, 1(06), 111-122. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/165957>
- 29- Tudo Rondônia: **‘Em nenhum país o neonazismo cresceu tanto quanto no Brasil’, diz o historiador Michel Gherman**. Por Joaquim de Carvalho. 20/02/2023. Disponível em: <https://tudorondonia.com/noticias/em-nenhum-pais-o-neonazismo-cresceu-tanto-quanto-no-brasil-diz-o-historiador-michel-gherman,101316.shtml>